The cover of the magazine 'AMICUS' features a photograph of a large, leafy tree on the left side, with a dense green hedge in the foreground. The sky is a clear, light blue. The title 'AMICUS' is printed in a large, bold, serif font in the center-right area.

# AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura

AMICUS - Batatais-SP, ano VI, nº12 - novembro/2005

# AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura

AMICUS - Batatais-SP - Ano VI - Nº 12 - pp. 79-155

novembro de 2005

ISSN - 1518-4013

NOSSA CAPA: Paineira e casarão localizados na rua Dom Bosco, Batatais-SP, onde viveram o professor José Marques e família.

Crédito das fotos: casarão: acervo Maria Odila Bortoletto; paineira: acervo *AMICUS*.

## SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA

### AMICUS

Conselho Consultivo e de Editoração  
Coordenador: Walter Cardoso

Membros: Gaspar de Sousa Prado Neto  
José Carlos de Medeiros Pereira  
Maria Clarisse Bombonato Prado  
Mildred Regina Gonçalves

Conselho de Publicação  
Coordenador: Sérgio Corrêa Amaro

Membros: Claudete Camargo Pereira Basaglia  
Clotilde de Santa Clara Medina Cardoso

## SUMÁRIO / CONTENTS

### EDITORIAL

Nosso número 12.....83

### ARTIGOS / ARTICLES

Altino Arantes, Washington Luís e João de  
Andrade Junqueira, ante a gripe espanhola  
Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO.....85

Reminiscências claretianas  
Pedro Lázaro TEIXEIRA.....98

A propósito desses gigantescos e  
esplendorosos carros alegóricos  
Walter CARDOSO.....106

Parteiras e partos: experiências cotidianas  
do universo feminino  
Claudete Camargo Pereira BASAGLIA.....118

Sugestões de trabalhos para a revista AMICUS  
José Carlos de Medeiros Pereira.....129

## SEÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| GENTE DE MINHA TERRA<br>Professor José Marques<br>Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO.....   | 145 |
| RESENHA BIBLIOGRÁFICA<br>PEREIRA, Robson.<br><i>Washington Luís e a modernização de<br/>Batatais.</i><br>MAGALHÃES, Sônia Maria de..... | 150 |
| ÍNDICE DE AUTORES.....  | 154 |
| NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS.....  | 155 |

### NOSSO NÚMERO 12

Partindo do pressuposto pitagórico de que os números "são os modelos de todas as coisas", que nos sejam permitidas - com aquela sensação da tarefa cumprida - algumas considerações sobre o número 12. Ainda que não se pretenda fazer numerologia, consideremos que doze foram os Césares, os apóstolos, os pares do imperador Carlos Magno e... está sendo este o número de nossa revista.

Sempre com os mesmos propósitos e com magnífica equipe de colaboradores, AMICUS sai do prelo contendo variados e interessantes assuntos. Inicialmente, em "Altino Arantes, Washington Luís e João de Andrade Junqueira, ante a gripe espanhola", a autora trata desse "flagelo" ao tempo em que Altino Arantes era presidente do Estado de São Paulo, e Washington Luís, prefeito da Capital. Seguem-se práticas de terapia, repercussões da epidemia em Batatais, providências e números do infortúnio.

Segue-se "A propósito desses gigantescos e esplendorosos carros alegóricos", onde o autor, partindo de breve ligação da palavra "carnaval" a carros alegóricos, passa aos préstitos que se fizeram no Brasil Imperial, quando os carros alegóricos tinham conotações políticas. Depois, as escolas de samba do Rio de Janeiro, de São Paulo e, como não podia deixar de ser, de Batatais.

Neste ano, quando se comemora o 1º Centenário do Colégio São José, é oportuno registrar a memória de um de seus ex-alunos. É o que se faz em "Reminiscências Claretianas", onde o autor, de forma coloquial, trata do cotidiano de seus alunos internos, das saídas domingueiras e da difícil e complicada "matemática milagrosa".

Em "Parteiras e Partos: experiências cotidianas do universo feminino", a autora, fundamentada não apenas nos clássicos que tratam da questão, mas sobretudo em importantes depoimentos, traça um interessante quadro da trama social de outros tempos e daquela "arte de partejar" ainda praticada em alguns lugares do Brasil.

"Sugestões de trabalhos para a Revista AMICUS" contém, mais do que simples sugestões, valiosíssimas diretrizes aos que se

propõem a estudos batataenses, em seus aspectos econômicos, políticos, culturais, demográficos, etc. Tudo certamente fundamentado em documentação, sobretudo local, não se olvidando, porém, renomados historiadores e cientistas sociais, recomendados pelo autor.

Nas Seções, em Gente de Minha Terra, a autora, aderindo ao clima de festas do I Centenário do Colégio São José, traça valioso perfil de um de seus antigos mestres, o professor José Marques, bem como de sua chácara, no Castelo. Se, em outros tempos, esse bairro já teve até uma praça das Paineiras (hoje, Fernando Costa), restou ainda, ao lado do velho casarão do saudoso professor, ao menos aquela paineira por ele plantada.

Ainda em Seções, a Resenha Bibliográfica registra Washington Luís e a Modernização de Batatais, excelente dissertação de mestrado de Robson Pereira, obra de maior importância para o estudo da história local.

Como se depreende, tudo conforme nossa linha de trabalho. À leitura, pois.

Walter Cardoso  
Coordenador do Conselho  
Consultivo e de Editoração

## ALTINO ARANTES, WASHINGTON LUÍS E JOÃO DE ANDRADE JUNQUEIRA, ANTE A GRIPE ESPANHOLA

Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO\*

RESUMO: Medidas para o combate à gripe espanhola, tomadas por Altino Arantes, então Presidente do Estado de São Paulo, e por Washington Luís, Prefeito da Capital. Repercussões do mal em Batatais e as providências tomadas por João de Andrade Junqueira, Prefeito Municipal.

PALAVRAS-CHAVE: epidemia, administração, Medicina, mortes e benemerência.

### 1. Introdução

A humanidade desde tempos remotos conviveu com as mais variadas espécies de doenças, popularmente designadas como "pestes": a varíola, lepra, malária, sífilis, tuberculose, cólera, e entre as quais, a gripe.

Causada pelo vírus *influenza*, palavra italiana que teria surgido ligada à influência dos astros, aos quais o imaginário popular creditava ser uma das causas para o surgimento da moléstia, ou também à influência do frio, uma vez que as grandes epidemias e até mesmo pandemias de gripe tiveram origem no fim do outono e começo do inverno.

A impropriamente chamada "gripe espanhola" disseminou-se quando a primeira guerra mundial estava nos seus lances finais. Ao contrário de outros países, que, por uma estratégia da guerra, procuravam de alguma forma esconder as baixas causadas pelo mal em suas populações e exércitos, a Espanha, país neutro nessa guerra, não se preocupou em ocultar do resto do mundo a quantidade de seus cidadãos que caíram vítimas da moléstia. Por este motivo – e aliado a outros de ordem política –, aquele país acabou por levar a pecha de disseminadora da pandemia.

Posteriormente, W.I.B. Beveridge, autor de *Influenza: The Last Great Plague*, analisando os Estados Unidos, esclareceu que, como resultado de suas pesquisas, chegara à conclusão de que focos da gripe teriam surgido em Kansas, nos Estados Unidos, em região marcada pela existência de gripe suína, virulogicamente semelhante à gripe humana e onde existiam grandes contingentes de soldados em manobras de guerra. Ainda é esse mesmo autor que informa

\*Professora de História da Rede Estadual de Ensino, aposentada.

AMICUS - Batatais-SP, ano VI, nº 12 - novembro/2005

85

sobre outros focos de gripe na China, concomitantemente ao dos Estados Unidos, em março de 1918. De um desses lugares teria se espalhado pela Europa em guerra (Bertolli Filho, 2003, p. 70/1).

Ainda segundo Bertolli Filho, é bem provável que os primeiros casos tenham ocorrido no Brasil em setembro de 1918, quando o navio inglês Demerara, proveniente de Liverpool e tendo feito escala em Lisboa, chegou aos portos brasileiros, tendo atracado em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, trazendo alguns tripulantes gripados (2003, p. 74).

Em outubro de 1918, a chamada "gripe espanhola" chegava à cidade de São Paulo. Altino Arantes era Presidente do Estado e Washington Luís Pereira de Souza chefiava o executivo da Capital. Dados os estreitos vínculos que esses dois políticos tiveram com Batatais, é oportuno fazerem-se aqui referências às medidas tomadas por ambos, durante aqueles trágicos dias da epidemia. Tempos em que os serviços públicos eram precários, o tratamento médico pouco eficiente e a falta de recursos tornou-se por demais evidente.

Nesse mesmo mês, a epidemia já se manifestava no interior do Estado, inclusive em Batatais. Coube a João de Andrade Junqueira, então Prefeito Municipal, com o apoio da Câmara Municipal, presidida por Manoel Victor Nogueira, tomar as providências emergenciais cabíveis.

Embora muito já se tenha escrito sobre a epidemia – melhor dizendo, pandemia, dada a extensão global –, pouco se sabe sobre suas repercussões em Batatais. Justifica-se assim o maior espaço aqui concedido aos acontecimentos locais, do que àqueles ocorridos na Capital.

## **2. A gripe, um G dos cinco flagelos enfrentados por Altino Arantes**

Durante o período da gripe espanhola, Altino Arantes, como era de esperar, confiou ao Serviço Sanitário, órgão público estadual, os encargos de combate ao mal. Missão que coube ao Doutor Artur Neiva, diretor desse Serviço.

Inicialmente, houve a declaração do estado epidêmico na cidade de São Paulo, ocorrida em 15 de outubro de 1918 e, conseqüentemente, o fechamento das escolas públicas da Capital. A partir de então, embora a epidemia já tivesse atingido cidades do Interior, algumas até em proporções preocupantes, o Serviço Sanitário concentrou seus recursos na Capital, em prejuízo de importantes delegacias de saúde, inclusive a de Ribeirão Preto.

Segundo Bertolli Filho, tal prática deveu-se não apenas "por causa das trágicas dimensões com que a moléstia grassou nessa área – mas também porque em São Paulo concentrava-se a parte mais poderosa da estrutura administrativa pública e econômica estadual" (2003, p. 138).

A experiência adquirida anteriormente com outras pestes ensinara que, em se tratando de moléstia contagiosa, eram imprescindíveis algumas medidas, tais como o isolamento dos doentes, desinfetar os locais ocupados pelos falecidos, bem como divulgar, pelos meios de comunicação, recomendações sobre cuidados para se evitar a gripe. Para tanto, o Serviço Sanitário valeu-se de jornais paulistanos, que publicaram a matéria em destaque.

Hierarquicamente subordinado a Altino Arantes, Artur Neiva chegou a receber instruções específicas do presidente. Tal é o caso do registrado por este em seu *Diário Íntimo*, narrando o atendimento prestado ao Chefe da Divisão Naval, ancorada em Santos, que lhe pedira autorização para remeter a guarnição de seus navios ao Hospital de Isolamento: "Acedi prontamente, dando eu, em pessoa ao Dr. Neiva, instruções nesse sentido" (Apud Pereira e Magalhães, 2004, p. 28). Entretanto, é de se crer que a linha de combate à epidemia tinha que ser confiada ao diretor do Serviço Sanitário.

Infelizmente, para Altino Arantes, e principalmente para boa parcela da população, as resoluções de Artur Neiva foram muitas vezes equivocadas. Dentre estas, a demora em divulgar uma terapia contra a gripe e, quando assim se fez, ocorreu a agravante de nada se informar sobre novas drogas que pudessem contribuir para maior êxito no tratamento. Parcas eram as providências para evitar o contágio que cada vez adquiria maiores proporções, embora Artur Neiva reiterasse plena confiança na eficiência do Serviço Sanitário.

Os estabelecimentos de tratamento criados pelo Estado tiveram um desempenho abaixo do esperado, quer por falta de pessoal, ou deficiência administrativa, ou ainda alheamento de órgãos como o Instituto Bacteriológico, Pasteur e Butantan, sendo que este último limitou-se a tênue tentativa de produzir vacinas polivalentes contra a *influenza* (Bertolli Filho, 2003, pp. 164-5).

Em fins de outubro, ante a evidência dos fatos, Artur Neiva era forçado a reconhecer a inoperância do Serviço Sanitário e conseqüentemente ter que recorrer à ajuda de instituições não governamentais. A partir dessa solicitação, diversos clubes, entidades religiosas, bem como outras agremiações particulares, criaram seus próprios recolhimentos para enfermos, fornecendo-

Ihes gratuitamente toda assistência. Limitava-se assim a ação do Serviço Sanitário, pois este passou simplesmente a órgão coordenador da ação das entidades não governamentais.

Em 10 de novembro, quando a participação do Serviço Sanitário ia pouco além da prestação de informações sobre o transcurso da enfermidade, Artur Neiva foi acometido pela epidemia e conseqüentemente teve que se afastar. Sob nova direção, o Serviço Sanitário manteve, até o fim da epidemia, praticamente a mesma inoperância.

A gripe fora, pois, mais um G entre outros que, segundo o próprio Altino Arantes dizia, constituíram os flagelos de seu Governo: Gripe, Geada, Gafanhoto e Guerra. Que se acrescente ainda Greve e assim ter-se-á um quadro das complexas questões que esse experiente político batataense teve que enfrentar.

### **3. Washington Luís, ante a inoperância da Câmara Municipal**

Ante a gravidade da gripe, óbvia já em inícios de agosto de 1918, era de esperar que a Câmara Municipal de São Paulo tomasse enérgicas e imediatas providências, a fim de se enfrentar o mal. Entretanto, inexpressivas foram as medidas tomadas, pois pouco se fez, além de se criarem alguns postos e casas para internação dos doentes. Pouco depois, a Câmara Municipal – com a qual Washington Luís Pereira de Souza nem sempre teve boas relações - autorizava o prefeito a “tomar todas as providências necessárias a assistência pública relativamente à pandemia reinante” (Apud Debes, 1994, p. 162). A partir desse ato, Washington Luís assumiu efetivamente o controle de toda a ação administrativa e, quando o Serviço Sanitário deixou espaço para a participação de entidades particulares, coube ao prefeito, além dos naturais encargos oficiais da Prefeitura, maior assistência a todos os setores envolvidos com o mal.

Em dezembro de 1918, o prefeito publicava o discutível Ofício 477, no qual registravam-se todos os atos praticados pelo Governo Municipal. Documento que “oferece uma versão idealizadora da epidemia e dos serviços municipais adaptados para o momento da crise sanitária...” (Bertolli Filho, 2003, p. 141). Certamente, além de minimizar os malefícios da epidemia, a informação oficial busca demonstrar a eficiência administrativa municipal. Porém, era evidente a impotência dos órgãos públicos para enfrentar com êxito a calamidade - pois chegou-se a utilização de valas comuns para o sepultamento de centenas de cadáveres - e a discrepância das

informações oficiais, sempre evitando alarmismos. Em abono a Washington Luís, considere-se que nesse relatório este também registra seu desapontamento, ao reconhecer que “Em melhores mãos, mais prontas, mais eficazes, mais inteligentes teriam sido as providências postas em prática” (Apud Debes, 1994, p. 166).

Quer se atribua a ineficiência do atendimento às dimensões até então inimagináveis da pandemia ou às próprias limitações dos serviços públicos, o certo é que Washington Luís, dada sua posição de prefeito municipal, esteve mais exposto às críticas, nem sempre justas. Passada a tormenta, a Edilidade paulistana, em reconhecimento à ação do executivo, concedia a Washington Luís um voto de aplauso. Assim, ia se forjando um futuro Presidente da República.

### **4. A epidemia, em Batatais**

Ante a expectativa sombria de que a epidemia de gripe certamente chegaria a Batatais, o Serviço Sanitário fez publicar na imprensa local, em 20 de outubro de 1918, um comunicado onde se esclarecia a população acerca dos cuidados a serem observados, para se evitar o mal, dentre os quais:

“fugir das aglomerações, principalmente à noite; não frequentar teatros e cinemas; não fazer visitas e tomar cuidados higiênicos com a mucosa nasofaringeana, que muito provavelmente é a porta de entrada dos germens (...) evitar toda a fadiga ou excesso físico (...) todo doente da gripe deve procurar o leito, pois o repouso auxilia a cura...” (Gazeta de Batataes, 20 out. 1918, p. 1).

Nessa mesma edição, o jornal trazia comunicado do inspetor escolar aos professores e diretores das escolas públicas e particulares, determinando o fechamento de tais estabelecimentos, a fim de evitar aglomerações e conseqüentemente o contágio.

No dia seguinte, a Prefeitura recebia telegrama da Secretaria do Interior do Estado, solicitando que, a fim de se evitar o mal, fossem intensamente divulgadas pela imprensa as instruções e conselhos do Serviço Sanitário do Estado, que estavam então sendo reproduzidas nos jornais da Capital (A.C.M.B., Caixa 114, ano de 1918, doc. 114/009, Saúde/).

Ante tal solicitação, ou mesmo por iniciativa própria, decorrente da gravidade do quadro epidêmico que se avizinhava, discutiram-se na Câmara Municipal as medidas a serem tomadas, caso o mal – que já se manifestara em Batatais – assumisse maiores proporções. Dentre tais providências, autorizou-se a Câmara a lançar mão dos necessários créditos destinados à aquisição de medicamentos a serem

fornecidos gratuitamente às pessoas reconhecidamente pobres, aos detentos da cadeia local e às praças do destacamento (A.C.M.B., Livro de Atas, 28 out. 1918, p. 207). Aliás, já na véspera, sob o título "A influenza espanhola", a imprensa local noticiava instruções do Prefeito Municipal, suspendendo os concertos no coreto de Jardim Público, que vinham sendo executados pela banda Euterpe Batataense (G.B., 27 out. 1918, p. 2).

Para acolhimento dos enfermos, criaram-se dois "hospitais". Um no grupo escolar, destinado aos homens, e outro no Salão Santa Cecília – normalmente usado como casa de espetáculos cinematográficos e teatrais –, cedido pelo Monsenhor Joaquim Alves Ferreira, para nele serem tratadas as mulheres. Além dessas duas casas, a Câmara Municipal criou, no Colégio São José, um posto de assistência aos doentes (A Cidade, 12 out. 1918, p. 2).

### 5. O tratamento

Em outubro, os jornais locais transcreviam instruções do Serviço Sanitário, publicadas pela imprensa paulistana, recomendando medidas preventivas a serem tomadas pela população: não usar desinfetantes "enérgicos" ou fazer aplicações que pudessem irritar a mucosa naso-faríngea; fazer inalações com vaselina mentolada, gargarejos com água e sal, água iodada, ácido cítrico, tanino e infusões de plantas contendo tanino, tais como folhas de goiabeira, usar qualquer sal de tanino, nas doses de 0,25 a 0,50 centigramas por dia, de preferência às refeições (A Cidade, 19 out. 1918, p. 2; G.B. 20 out. 1918, p. 1). Recomendações que serão ainda repetidas durante o mês de novembro, quando era forçoso reconhecer que Batatais não escapara àquela "sanha devoradora", pois estava-se então em "franca luta contra o mal" (A Cidade, 9 nov. 1918, p. 1).

Como a moléstia era transmitida pelo contágio e pelo ambiente, as relações sociais tiveram que ser redefinidas, e para isso a população de outros centros do país já fora alertada por cartilha publicada pelas campanhas do Serviço Nacional de Educação Sanitária (Goulart, 2005), que dizia:

"Perdigotos? Que perigo!  
Se estás resfriado amigo,  
Não chegues perto de mim.  
Sou fraco, digo o que penso.  
Quando tossir use o lenço  
E, também se der atchim.  
Corrimãos, trincos, dinheiro

São de germes um viveiro  
E o da gripe mais freqüente.  
Não pegá-los, impossível.  
Mas há remédio infalível,  
Lave as mãos constantemente.  
Se da gripe quer livrar-se  
Arranje um jeito e disfarce,  
Evite o aperto de mão.  
Mas se vexado consente,  
Lave as mãos freqüentemente.  
Com bastante água e sabão.  
Da gripe já está curado?  
Bem, mas não queira, apressado,  
Voltar à vida normal.  
Consolide bem a cura,  
Senão você, criatura,  
Recai e propaga o mal."

Curiosa é a transcrição que se faz de carta publicada no *Correio Paulistano*, na qual um leitor recomendava o uso de alho cru ou cebola, logo que se percebesse alguém ligeiramente "constipado". Os resultados obtidos pelas pessoas assim tratadas eram, segundo o missivista, os melhores possíveis, pois "todas têm ficado curadas com uma rapidez que causa admiração" (G.B., 27 out. 1918, p. 2).

Como então era costume - mesmo na Capital - recorria-se muitas vezes aos medicamentos caseiros ou àqueles recomendados pelos farmacêuticos. Entretanto, dada a gravidade do mal, houve necessidade de se buscar assistência médica. Contou-se então com a participação – certamente abnegada e extenuante – dos doutores Plínio de Castro, médico do Serviço Sanitário, José Dutra de Oliveira, José Garcia de Barros e Francisco Simões da Costa Torres. Além deles, esteve também a serviço do combate à epidemia o farmacêutico José Teodoro da Silva Dedeca.

Examinando-se as receitas prescritas pelos médicos citados, verificam-se ao menos dois grupos de terapia: medicamentos destinados especificamente ao combate ao mal e outros que visavam melhorar as condições gerais do paciente. São cerca de trezentas receitas (A.C.M.B., Caixa 114, ano de 1918, doc. Nº 114/011, Saúde/), nas quais se verificam, às vezes, cerca de dez medicamentos por receituário, ou, em outros casos, apenas dois ou três. Dentre os medicamentos específicos de combate ao mal – a exemplo do que

ocorria na Capital —, são freqüentes os xaropes, tais como de codeína, ipeca e alcatrão; alguns elixires, infusões, vinho do Porto, conhaque e o folclórico rhum creosotado, por muito tempo ainda cantado em verso nos bondes da Light, em São Paulo, o qual não nos furtamos de transcrever:

"Veja ilustre passageiro. O belo tipo faceiro  
Que o senhor tem ao seu lado.  
No entanto, acredite, quase morreu de  
bronquite. Salvou-o o Rhum Creosotado".

Pharmacia Arantes  
2-11-18  
10679  
Receita para gripe prescrita pelo Dr. José Garcia de Barros em 9/11/1918 - (A.C.M.B. caixa 114)

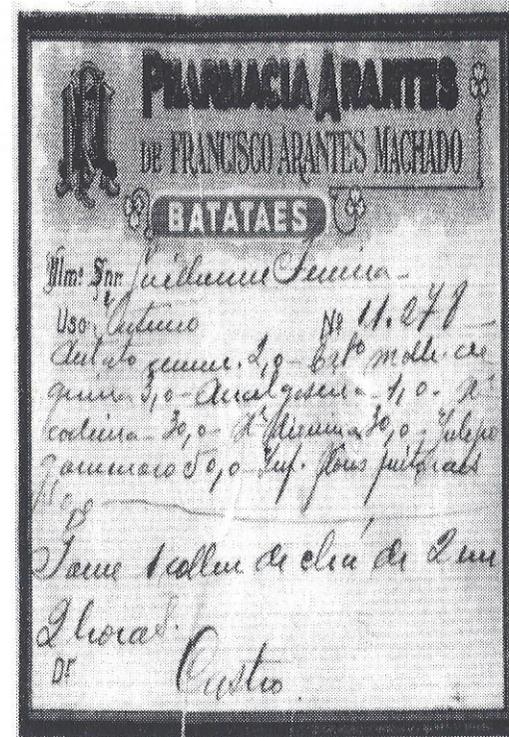
Requisito a urbis - 60p.  
Thioid - 10p.  
Xena toli - 200p.  
Xena flores - 30p.  
Elydilat a flores - 50p.  
Respl a urbis - 30p.  
Bi-carbonat a urbis - 25p.  
Cognac fino - 250p.  
Solut a urbis - 10p.  
Acetate ammonis - 50p.  
Agua a urbis - 9.5p.  
Arromes - 100p.  
colher aos 2 h.  
Fornit. egg - 30p.  
Pyramitau - 20p.  
Or. sup. as 200p.  
mistura em  
de 6 h.

2-11-18  
Garcia

Receita para gripe prescrita pelo Dr. José Garcia de Barros em 9/11/1918 - (A.C.M.B. caixa 114)

Quanto aos medicamentos que pretendiam melhorar as condições gerais do paciente, são comuns os purgativos, dentre os quais limonada purgativa de citrato de magnésia, magnésia fluida, bicarbonato de sódio e óleo de rícino; para as vias urinárias, urotropina; como analgésico, analgesina e aspirina. Outros medicamentos como calomelanos (soluções com baixa concentração de mercúrio) e compostos de quinino, como, por exemplo, sulfato de quinino, figuram no receituário dos médicos batataenses, possivelmente como reguladores de funções alteradas pela enfermidade. Comuns também, em tais prescrições médicas, são silicilato de sódio, acetato de amônia e tintura de noz vômica.

Além dos medicamentos administrados oralmente, receitaram-se também injeções intramusculares de cafeína, óleo canforado e estricnina, medicamentos destinados à normalização das funções cardíacas.



Rótulo em vidro de remédio da Pharmacia Arantes (A.C.M.B. - caixa 114 )

Comparando-se, pois, o receituário dos médicos locais com aqueles dos médicos da Capital, pode-se admitir que foram comuns as concepções sobre a enfermidade, bem como as formas de combatê-la. Possivelmente, tanto nos então chamados "hospitais" locais, como nos recolhimentos de São Paulo, os utensílios e equipamentos em geral devem ter sido os mais elementares e precários. Pelo menos, na prestação de contas da Câmara Municipal local, com relação a tais gastos encontramos apenas referência a um termômetro e quatro seringas com estojo para injeção. Dados que nos sugerem o quanto deve ter sido árdua a empreitada de todos aqueles que lutaram contra o mal.

## 6. Os números do infortúnio

Afinal, quantas pessoas faleceram em consequência da gripe? Não nos parece tão fácil fazerem-se afirmações categóricas sobre tais números, porque, dada a situação anômala em que se vivia, sempre alguns (quantos?) casos escapariam ao controle e registros. Entretanto, examinando-se o que a imprensa local informou, verifica-se que, inicialmente, esta buscou persuadir a população de que, dadas as excelentes condições — sobretudo de clima —, embora algumas pessoas tivessem adquirido a moléstia, não ocorriam riscos de vida. Entretanto, era necessário evitar aglomerações, não fazer visitas, tomar cuidados higiênicos, evitar fadigas e excesso físico, etc. (*A Cidade*, 26 out. 1918, p. 2). Em inícios de novembro, há notícias de cerca de setenta casos de gripe, porém nenhum óbito, dado — insiste-se — seu caráter benigno (*A Cidade*, nov. 1918, p. 2). Notícia consoladora, que já não se pode repetir na semana seguinte, quando se registra que o mal reinante "já arremessou ao seio da terra algumas de suas vítimas".

Daí em diante, os jornais passam a fazer um balanço dos atingidos pela doença. Assim, em edição de 24 de novembro registram-se 16 óbitos ocorridos durante a semana; 14 doentes em tratamento nos hospitais; 27 altas. Passada uma semana, o mesmo jornal informa que no Salão Santa Cecília havia apenas 31 doentes, enquanto que no grupo escolar, apenas três homens. "Como se vê, a epidemia está em franco declínio", conclui o jornal, não deixando de insistir na benignidade da doença (*G.B.*, 1 dez. 1918, p. 1). Segue-se um levantamento sobre o número de óbitos ocorridos até o dia 30 de novembro. Inicialmente, o texto busca acalmar a população, ante os "falsos boatos" que corriam mais velozes que ... a epidemia. Na verdade, teriam falecido apenas 30 pessoas, cujos nomes o jornal

passa a registrar (*G.B.*, 8 dez. 1918, p. 1).

Nesse mesmo número do jornal, registra-se que as duas casas de internação - o grupo escolar e o Salão Santa Cecília — estavam fechadas, pois todos os pacientes já haviam obtido alta. A enfermidade "grassava" ainda em algumas fazendas do município, porém todos os casos eram benignos.

Quando a gripe passou, restou fazer um balanço de suas funestas consequências. Dada a imprecisão do noticiário dos jornais e possivelmente mesmo dos atestados de óbitos, emitidos em condições emergenciais, torna-se difícil — e mesmo temerário — apresentar números inquestionáveis.

Entretanto, sob o título "Registro Civil do Distrito de Batataes (...) ano de 1918", jornal local noticiou o número de falecimentos ocorridos, não especificando as causas, para cada um dos doze meses do ano. Com tais dados, elabora-se a tabela abaixo, na qual se registra a média de óbitos em geral, nos meses anteriores à gripe (18,3 óbitos/mês), o que leva à conclusão de que, possivelmente, faleceram aproximadamente 52 pessoas, de gripe, ou de eventuais moléstias dela decorrentes.

Óbitos registrados no Distrito de Batatais, no ano de 1918

| Períodos         | Meses     | Números absolutos | Média do período anterior à gripe: 18,3 óbitos/mês | Acima da média | Óbitos Presumíveis da gripe |
|------------------|-----------|-------------------|--|----------------|-----------------------------|
| Anterior à gripe | Janeiro   | 20                |  |                |                             |
|                  | Fevereiro | 25                |  |                |                             |
|                  | Março     | 17                |  |                |                             |
|                  | Abril     | 19                |  |                |                             |
|                  | Maio      | 17                |  |                |                             |
|                  | Junho     | 11                |  |                |                             |
|                  | Julho     | 23                |  |                |                             |
|                  | Agosto    | 16                |  |                |                             |
|                  | Setembro  | 16                |  |                |                             |
|                  | Outubro   | 19                |  |                |                             |
| Sob a gripe      | Novembro  | 51                |  | 32,7           |                             |
|                  | Dezembro  | 38                |  | 19,7           |                             |
| TOTAL APROXIMADO |           |                   |  |                | 52                          |

Quanto aos encargos financeiros assumidos pela municipalidade, sabe-se que para o distrito de Batatais, ano de 1918, o orçamento previa uma despesa de 112:000\$000 (cento e doze contos de réis), importância na qual não se incluía qualquer encargo destinado à saúde. Apenas sob a rubrica "Eventuais", uma previsão de 4:000\$000 (quatro contos de réis) (*A.C.M.B. Ata de 29 de out.*, pp. AMICUS - Batatais-SP, ano VI, nº 12 - novembro/2005 95

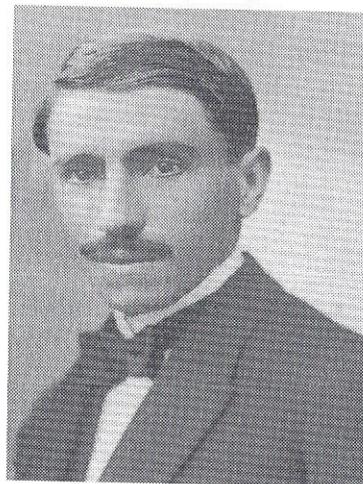
176V a 178), importância essa praticamente triplicada com os gastos da gripe, pois seu total chegou a quase 12:000\$000. Somente os medicamentos distribuídos à população sem recursos custaram aos cofres públicos 4:473\$100 (quatro contos e quatrocentos e setenta e três mil e cem réis). Acrescentando-se a esse encargo as despesas com alimentos, roupas de cama, caixões, serviços diversos, pagamentos a médicos e auxiliares, chegou-se a importância de 11:893\$700 (A.C.M.B., Caixa 114, ano de 1918, doc. nº 114/008, Saúde /), portanto, 7:983\$700 acima do previsto na rubrica "Eventuais", isto é, cerca de 7% acima do total do orçamento previsto para 1918. Cifras deveras desconfortáveis, para uma Prefeitura que, somente com sua Dívida Passiva, tinha encargo orçado em 25:500\$000.

### 7. A ajuda não oficial

É na adversidade que se revelam os colaboradores dotados da disposição de, desinteressadamente, servir os necessitados. É o que provavelmente ocorreu em Batatais, em escala maior do que o registrado, porque, via de regra, os verdadeiros beneméritos permanecem anônimos. Entretanto, ao menos alguns casos foram registrados, tornando-se assim possível fazer-lhes justiça.

Assim, sabe-se que alguns médicos também então adoeceram. Tais foram os casos dos doutores José Dutra de Oliveira e José Garcia de Barros. Este, aliás, que teve seu primeiro filho, apenas nascituro, vitimado pela gripe, prestou por várias semanas, gentilmente, assistência médica na cadeia pública. Na década de 1920, ei-lo participando ativamente da política local, chegando a ser eleito vice-presidente da Câmara Municipal.

A senhora Basília Hortência Rosa teve consignado em ata da Câmara Municipal um voto de louvor e de agradecimento "pelos relevantes serviços prestados desinteressadamente, durante a epidemia da gripe", quando assumiu a direção do Salão Santa Cecília (A.C.M.B.), Ata de 11 jan. 1919, p. 211 e segs.). Nessa mesma ocasião, agradecia-se



Dr. José Garcia de Barros  
em 1918

também ao padre Joaquim Alves Ferreira, pela cessão do Salão Santa Cecília, a fim de nele serem tratadas as enfermas.

Registrem-se ainda os donativos que, por iniciativa da Prefeitura e da Câmara Municipal, foram então angariados. Destinada aos doentes pobres, arrecadou-se a importância de 937\$000 (novecentos e trinta e sete mil réis). Além dessa contribuição popular, foram doados, entre outros gêneros, sacos de farinha, arroz, leite, frangos, ovos, sabonetes, carros de lenha, bem como diversas peças de roupa (G.B., 29 dez 1918, p. 2). Não era a solução para um problema, mas ao menos amenizava suas conseqüências.

### REFERÊNCIAS

- a) Arquivo da Câmara Municipal de Batatais (A.C.M.B.)  
Caixa 114, ano de 1918.  
Livro de Atas, anos de 1917, 1918 e 1919.
- b) Jornais  
*A Cidade e Gazeta de Batataes*, anos de 1918 e 1919.
- c) Bibliografia  
BERTOLLI Filho, Cláudio. *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.  
DEBES, Célio. *Washington Luís - Primeira Parte 1869-1824*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.  
GOULART, Adriana da Costa. "Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro", in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, volume 12 nº 1, janeiro-abril 2005.  
PEREIRA, Robson Mendonça e Magalhães, Sônia Maria de. "Diário Íntimo de Altino Arantes - Subsídio para a história política e administrativa de São Paulo". *Revista História*, São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, nº 15, julho/agosto/setembro de 2004, pp. 23-9.  
CARDOSO. Clotilde de Santa Clara Medina. Altino Arantes, Washington Luís and João de Andrade Junqueira facing the Spanish influenza. *AMICUS*, Batatais-SP, nº 12, pp. 85-97.  
ABSTRACT: Measures to control the Spanish influenza outbreak taken by Altino Arantes, who was the President of São Paulo at that time, and by Washington Luís, Mayor of the capital of the State. Repercussions of the disease in Batatais and local measures taken by João de Andrade Junqueira, the local Mayor, are also reported.  
KEYWORDS: Epidemics, administration, medicine, deaths, goodness.  
AMICUS - Batatais-SP, ano VI, nº 12 - novembro/2005

## REMINISCÊNCIAS CLARETIANAS

Pedro Lázaro TEIXEIRA\*

RESUMO: Recordações de um ex-aluno do Colégio São José (1951-1954), neste ano em que, ao se comemorar o 1º Centenário dessa nobre instituição, fazem-se-lhe as mais justas manifestações de carinho e apreço.

PALAVRAS-CHAVE: alunos, disciplinas, professores e licenças.

### 1. Um dia no Colégio São José

Às seis horas da manhã, pontualmente, uma sirene soava três vezes, tirando-nos do sonho mais doce ou afastando-nos do pesadelo mais terrível. E nos púnhamo de pé esfregando os olhos remelosos depois de nove horas e meia de sono, como soldados atentos e obedientes ao som de um clarim matinal.

Se algum dorminhoco se voltava para o canto (e havia muitos), tentando agarrar mais um pedaço de sono, o padre regente tinha um método carinhoso e eficiente para acordá-lo: levantava sua cama alguns centímetros do chão e a deixava cair, provocando no cidadão um susto tremendo e uma risada zombeteira dos colegas.

Depois dos dentes escovados e da cara lavada, descíamos às 6,30h para a missa, contornando diversos lances de escada até chegar à capela no andar térreo.

A missa era obrigatória para todos, sendo quase impossível esquivar-se dela. Claro, havia alunos que fingiam súbita dor de barriga e enganavam o padre: era melhor deixar o vadio sair que provocar uma situação constrangedora, bastante comum nas aulas e durante o estudo. Mas o padre marcava os espertinhos e aí não valia pedidos pios nem contorções provocadas.

A missa era celebrada em latim, dando um solene mistério à cerimônia, parecendo que todos estavam mais perto de Deus. Às 7,00 horas, saíamos da capela tão angelicais quanto famintos, indo para o refeitório onde nos esperava a primeira refeição do dia: leite, café e pão com manteiga.

Meia hora depois, íamos para a sala de estudos, no 1º andar, a fim de nos prepararmos para as duas primeiras aulas. Era um grande salão, com mais de trezentas carteiras individuais, onde guardávamos cadernos, livros e material escolar. Um padre ficava à

\*Jornalista, tem uma coluna semanal em *A NOTÍCIA*-Batatais-SP (Preto no Branco) e é editor de *O CUSCUZEIRO*, mensário de Santo Antônio da Alegria.

sua entrada, em mesa bastante alta, para nos vigiar. Obviamente, nem todos estudavam, pois alguns preferiam passar o tempo conversando, mexendo em seus pertences ou fazendo outras coisas. Aí, passávamos diariamente três horas e meia, dez minutos a mais que na sala de aula.

Naquele tempo, quem queria estudar, não podia se queixar.

Às 9 horas havia a primeira aula do dia (50 minutos) e depois de um intervalo de 20 minutos, voltávamos para a segunda. Às 11 horas, outra vez famintos, nossa direção era o enorme refeitório para o esperado almoço. Em cada mesa havia seis lugares e, exceto o arroz, feijão e salada, éramos servidos à francesa. O garçom colocava as "misturas" num pratinho e assim podíamos trocá-las com os colegas. Eu, por exemplo, trocava a empadinha de quinta pelo peixe frito de sexta-feira.

Às 11,30h, recreio, nos espalhávamos pelos campos – cada turma tinha o seu -, ou sob os grandes eucaliptos que os circundavam, para conversar ou brincar.



1951 - Recreio da Turma dos Menores, vendo-se a partir da esquerda: Padre Elias Leite, Padre Jarbas Prado e vários alunos não identificados.

Uma vez por mês, o serviço de alto-falante do Colégio, o PRGI (Pedro Luiz, narrador e comentarista de futebol fora seu locutor) anunciava as notas de todos os alunos, série por série. Ao meio-dia e meia, o padre nos chamava para a fila, com o silvar característico

de seu apito. Cada regente tinha a sua melodia própria, que todos sabiam e acatavam. O primeiro apito era para preparar-se e o segundo para entrar na fila sem um pio.

Íamos desconsolados para o "estudo", pois o horário não era nada animador, com o sol a pino. Lá, permanecíamos até às 13,40h, para a terceira aula do dia. Depois dessa, havia o café (14,30h), semelhante ao da manhã, quando voltávamos para a quarta e última aula do dia, que se findava às 15,30h. Os dois períodos de aula eram um tormento para os alunos externos, obrigados a ir ao Colégio a pé duas vezes por dia.

Em seguida, depois de guardar o material escolar, voltávamos pela primeira vez ao dormitório e vestíamos calções para nadar ou jogar futebol. O Colégio sempre teve uma equipe de futebol razoável, pois disputava com o Batatais Futebol Clube, quando este treinava no campo do Centro de Cultura Física (Piscina). Havia times de primeira, segunda, terceira e quarta divisões, conforme a perícia dos jogadores. Gilberto Rodrigues era o grande goleiro do time dos maiores. Naquela época, eu não tinha o menor interesse pelo futebol. Só mais tarde, em 1964, tornei-me corintiano como o Pedrinho Bianco. Mas isso é outra história.

Às 17 horas, mais um apito nos chamava para o banho diário e subíamos novamente ao dormitório. O jantar era às 18 horas. Havia um recreio das 18,30h às 19,30h quando a PRGI voltava a atacar, proporcionando-nos belas e românticas músicas, das quais me lembro de "Angelitos Negros", "Catari", "Índia" e "Meu Primeiro Amor". Depois, mais uma hora de estudo (quando eu apenas estudava nossa língua através do livro "Português Prático", de Marques da Cruz). Às oito e meia, o padre chegava e seu estalar de dedos praticamente nos acordava. Fechávamos as carteiras e seguíamos para o dormitório, em fila, calados e sonolentos.

No sábado havia apenas três aulas e logo depois das 14,30h íamos para o recreio. À noite, depois do jantar, a maioria dos alunos se confessava. Retirávamos livros na biblioteca e era uma felicidade geral. Naquela época, iniciei-me na leitura sonhando com as aventuras de Monteiro Lobato.

## 2. Saída aos domingos

De segunda a sábado, ficávamos presos atrás de grades invisíveis, saudosos de casa e bastante amargurados. Ansiávamos, claro, impulsionados por uma juventude rebelde, por uma liberdade a nós não concedida.

Restava-nos o domingo, quando alçávamos o desejado vôo, rumo às delícias almeçadas durante a semana. E saíamos, com um sorriso nos lábios para presenciar a vida habitual dos moradores batataenses.

No primeiro domingo do mês, todos os alunos internos tinham licença para sair, menos aqueles que tivessem cometido alguma falta e seu nome constasse do caderninho dos regentes Pe. Jarbas (menores), do Pe. José Andery (médios) ou do Pe. Marino. Tal falta poderia ser desde conversas na fila até o crime dos crimes: ser pego fumando em qualquer dependência do estabelecimento. Ah, gibi também não podia: pobres dos fanáticos pelas histórias em quadrinhos. Se alguém comprasse um na cidade, deveria guardá-lo em esconderijo perfeito. Muitas vezes, era na gaveta do próprio "estudo", onde muitos o liam, em vez de estudar.



GRUPO DE JOVENS ALUNOS EM 1952

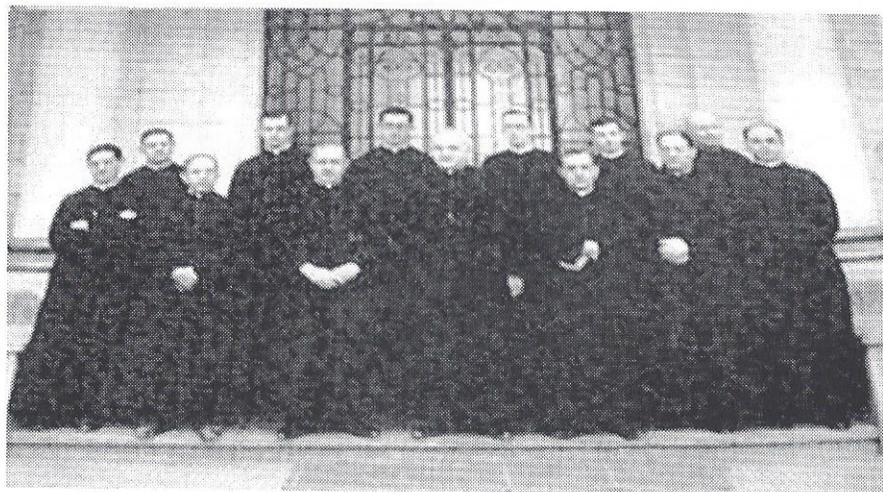
1952 - Da esquerda para a direita - Em cima: Carlos Alberto Pierucetti (Nuporanga), José Argemiro Campana (Batatais), Olavo Borges (São Sebastião do Paraíso), não identificado.

Em baixo: Aurélio Vieira Lancelotti (Batatais), não identificado, Wanderley Marques Bom (Guaíra), Abrão Ayub Calixto e Pedro Lázaro Teixeira (ambos de Santo Antônio da Alegria).

Muitos fumavam no banheiro e divisávamos, através de uma porta de vidro, a fumaça que atraía o desvelo e a vigilância dos padres. Pego em flagrante, não havia como defender-se, não havia julgamento e a pena era aplicada na hora.

No segundo domingo, visitavam a cidade apenas os alunos que obtivessem nota 4 ou mais nas diversas matérias. Cito, para documentar, as 10 matérias da 1ª série ginasial (a 5ª série de hoje): Religião, Português, Latim, Francês, Matemática, História, Geografia, Trabalhos, Desenho e Música.

Lembro-me ainda dos professores da 1ª série A: Religião (Pe. José Andery), Português (Pe. Jarbas), Latim (Prof. Agapito Rodrigues), Francês (Pe. Elias Leite), Matemática (Pe. José Menezes), História (Pe. Irineu, apelidado carinhosamente de Historinha), Geografia (não me lembro), Trabalhos (não me lembro), Desenho (Pe. Ciro Larrauri) e Música (Pe. Marino).



GRUPO DE PADRES PROFESSORES DO COLÉGIO EM 1951

A partir da esquerda. De baixo para cima. Irineu Rezende (História), José Jorge Anderi (Regente), José Menezes (Geografia), Bento de Uriarte (Inglês), Elias Leite (Francês), Crescencio Iruarizaga (Reitor), Jarbas Prado (Português), Ciro Larrauri (Catequista), Marino Jaumsaras (Matemática), Irmão Carlos Wth, Pe. Geraldo Menezes (Matemática).

No terceiro e quarto domingos, só saíam os alunos que tirassem nota 5 ou mais: eram poucos, os apelidados maldosamente de CDF. Muitos deixavam o colégio com sorrisos maliciosos, provocando a santa inveja dos que ficavam trancados. Se os padres regentes cochilavam, alguns saíam pelos fundos ou pulavam os muros. Presos, somos todos impelidos para fugir. Nos feriados religiosos, o coração dos padres se abrandava e a porta era aberta para todos: inocentes ou pecadores, perdão, faltosos.

Todos, com a melhor roupa, se aventuravam pela cidade. Então o bando, em algazarra, descia as ruas do Castelo e fatal mensagem percorria o espaço batataense: "Acautelai-vos, pais e mães, segurem suas puras e preciosas donzelas, pois os internos estão chegando como hordas famintas de Átila, os bárbaros hunos do Colégio São José". As jovens não eram liberadas como as de hoje, mas davam um jeitinho para sair e encontrar com estudantes de quase todas as cidades paulistas e de várias classes sociais.

O primeiro local procurado era a Praça da Matriz, onde duas atrações nos esperavam: a sinuca do Orestes e Vinicius Faggioni (onde se localiza hoje o Cine Plata) e o aconchegante e saudoso Bar do Romeu, dos casais Nelson (Conceição) e Romeu De Martino (Izaura). Uma das bebidas favoritas era a extinta Douradinha.

Depois a pedida era a matiné no Cine São Joaquim (prédio demolido), que lotava com a presença dos internos, garotas e namorados da cidade. No fim do filme, havia a emoção dos seriados: formado de inúmeros capítulos como as novelas, em cada um deles havia uma cena final, no qual o artista ou a mocinha se viam em situações perigosas e preocupantes. E dávamos tudo para vê-los escapar.

Os alunos que tinham irmãs no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora iam visitá-las, pois as internas não saíam livremente como nós. No domingo, passeavam em fila com a presença de inúmeras freiras. Nós, os internos, não as víamos, porque elas saíam de manhã e nós ao meio-dia.

Alguns internos, mais espertinhos, tentavam ver, inutilmente, suas namoradas e paqueras, dizendo-se primos de primeiro grau. As freiras não engoliam tais desculpas e até os verdadeiros primos, como eu, eram barrados no solene parlatório. Bom-dia, Dalva!

E as mães, sempre vigilantes, estavam sempre presentes para evitar que alguns irmãos trocassem as irmãs durante a visita ou entregassem bilhetes para uma apaixonada. Tais fatos podem parecer ficção nestes dias livres e abusivos, mas é a pura verdade. Quem assistiu, comprova que falo somente a verdade.

Às cinco da tarde, os internos tinham de estar no Colégio, sob pena de severas punições. Lá, encontrávamos um sanduíche de pão com mortadela que muitos preferiam saborear à noite, durante a sessão de cinema. Assistíamos a filmes maravilhosos, devidamente censurados e cortados, para que não corrompessem aquelas pobres ovelhas aprisionadas. Depois, íamos dormir, fatigados pelas andanças e peripécias de um domingo inesquecível.

### 3. Matemática milagrosa

Passado o domingo, eis-nos novamente na "luta renhida" de nossos estudos. Dentre as diversas disciplinas, a Matemática – que ainda estava na idade da pedra – sempre foi para mim difícil e complicada.

No Grupo Escolar, os problemas eram intrincados e quebrávamos a cabeça para resolvê-los com fórmulas estabelecidas. Não havia os mágicos quadradinhos usados hoje, que fazem as crianças resolverem o problema, pensando e entendendo.

Naquele tempo, tentávamos resolver problemas de donas de casa que iam à feira, de crianças que compravam lápis e cadernos, calculávamos a metragem irregular de terrenos, distribuíamos o troco de comerciantes, medíamos suas peças de tecido e descobríamos distâncias de trens que partiam do Rio e de São Paulo. Belos tempos.

O saudoso professor José Menezes foi meu primeiro mestre de Matemática, nos tempos da 1ª série do ginásio (hoje 5ª série). Recém-chegado, ele acumulava as aulas de Geografia. Lembro-me ainda da definição de Matemática que ele nos ensinou, logo nos primeiros dias: "Matemática é a ciência que tem por fim estabelecer a relação entre as diferentes grandezas, de modo que se possa avaliar uma por intermédio das outras".

Decorei a frase, mas não aprendi a dominar os números e fórmulas, descobrir incógnitas, o "x" e o "y" e outras grandezas desconhecidas. Minha tendência já era para as letras, apesar de meu futuro emprego relacionar-se com juros, descontos e porcentagens.

A maioria das segundas épocas e bombas ginásiais daquele tempo eram provocadas pela fatal Matemática. Os professores eram famosos por sua eficiência e férrea aplicação das notas nas sabatinas e exames. Os alunos sofriam na unha do Pe. Miguel Coll e Pe. Marino Jaumsaras.

Este, meu professor da segunda série em diante, era um espanhol enorme, cabelos curtos penteados para a frente, grandes olhos e a característica tonsura reluzente no cocuruto da cabeça. Além de grande matemático, era exímio organista.

Exibia sua arte nas bênçãos de sábados, domingos e feriados, dedilhando com emoção o "Tantum Ergo". Gostava de contar que, certa vez, um padre espanhol veio ao Colégio e, durante uma cerimônia, animou-se com uma peça e tocou-a para o visitante, com grande alvoroço de todos. Era "De papo pro ar" ("Quando no

terreiro / Tem noite de luar / E vem a saudade me atormentar / Eu me vingo dela tocando viola de papo pro ar").

Os padres esperavam os alunos na classe: O padre Marino não: ficava perambulando pelos corredores durante algum tempo e enquanto houvesse "um pio", não entrava. Seu humor dependia do tempo em que ficava andando no corredor. Não dava nota acima de 5 (a nota máxima era 10) para quase ninguém. Não gostava de fumantes, aos quais distinguia com nota 3, mesmo que acertassem todas as questões.

Eram meus colegas, entre outros: Sílvio Tahan, Sebastião Fernando Gomes, Antônio de Pádua Cardoso, Miguel Salomão João, Roberto Tofetti, Victório Arduíno Ervas, Joel Felício, Clóvis Corrêa Lima e Fernando Vidal. Em 1954, na 4ª série (hoje, 8ª), havia bons alunos, como Sátiro, Léllis e Roberto Tofetti, que se tornou professor de Matemática.

Um dia, quando da explicação de uma equação difícilíssima – o padre Mariano explicava e a classe toda calada, procurando entender –, o Sátiro resmungava, não se conformando com a explanação e o resultado, diferente do que encontrara. Então, rompe o silêncio, perguntando nervoso e agitado:

- Mas padre, onde é que estão estes  $2/3$  que eu não encontro?

O padre Mariano, teatralmente, dando enorme risada, retirou dos bolsos de sua surrada batina – para surpresa e desespero de Sátiro – com o barulho característico de contas, um em cada mão, os dois terços que faltavam...

TEIXEIRA. Pedro Lázaro. Claretian reminiscences. *AMICUS*, Batatais-SP, nº 12, 2005, pp. 98-105.

ABSTRACT: Memoirs of an ex student of the São Jose School (1951-1954), reported in the year of the 1st Centennial celebration of this noble institution.

KEYWORDS: pupils, disciplines, teachers, licenses.

## A PROPÓSITO DESSES GIGANTESCOS E ESPLENDOROSOS CARROS ALEGÓRICOS

Walter CARDOSO (\*)

**RESUMO:** Algumas considerações sobre a palavra carnaval, associada a carros alegóricos, a apresentação destes, no carnaval brasileiro e, mais especificamente, o caso de Batatais.

**PALAVRAS-CHAVE:** carros navais, grandes sociedades e "carros de idéias".

### 1. Introdução

A inauguração do Sambódromo Carlos Henrique Cândido Alves, ocorrida em Batatais, no carnaval deste ano, dá margem a algumas considerações sobre esses festejos, aos quais muito já se referiram antropólogos, sociólogos, historiadores e até... carnavalescos.

Festejos populares que, apesar das múltiplas transformações já sofridas — ou talvez por isso mesmo —, continuam sendo, na visão compreensivelmente ufanista de seus simpatizantes, "o maior espetáculo da terra". Assim, dos desfiles que se fazem nos sambódromos, muito já se falou sobre as clássicas baterias "nota dez", dos elegantes casais de mestre-sala e porta-bandeira, comissão de frente e demais quesitos, tudo rigorosamente de conformidade com os regulamentos e fundamentado em alguma tradição, ou pelo menos, em um passado, uma história.

Isso também ocorre com os carros alegóricos, cuja importância e o pouco que se falou sobre eles são a razão deste texto. Carros que, talvez, tenham dado origem à própria palavra carnaval.

### 2. "Carne-vale", ou "Car-navale"?

É aos etimólogos que compete tratar das origens da palavra "carnaval". A nós, parece oportuno registrar aqui ao menos duas interpretações que já se deram sobre a questão. Uma delas, a mais difundida, fundamenta-se nas normas determinadas pela Igreja para os dias de Quaresma, sobre a proibição de carne. Daí, expressões como carnes levandas, em 604; carnevarium, em 1130; carnelevare, carnelevamem, etc. (Ferreira, 2004, p. 25 e segs.), o que levaria à palavra carnevale e daí, carnaval. Tudo parece muito claro.

\*Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

106 AMICUS - Batatais-SP, ano VI, nº 12 - novembro/2005

Entretanto, segundo outra versão, a palavra carnaval tem suas origens em períodos anteriores ao advento do Cristianismo e diz respeito a carro naval. Pelo menos, sabe-se que, já na Grécia Antiga, nas festas em louvor a Dionísio, um ator desfilava com máscara desse deus, em um carro em forma de barco (Seppilli, 1944, p. 6 e segs.). Entre os germanos, havia a crença de uma ilha sagrada, de onde, nos dias de festas religiosas, saía um carro — certamente naval — transportando uma divindade. Entre os egípcios, à deusa Ísis prestavam-se honras em uma procissão, onde havia um carro-nau. Na Roma Antiga, os préstitos conduziam um carro que dava a idéia de um barco, ao qual chamavam *carrus navalis* (Morais, 1987, p.5). E, ainda segundo Seppilli (p. 17), car-navale, em francês antigo, significa carro naval.

Finalmente: segundo relato de certo monge, em celebração ocorrida em 1133, uma nau transportada sobre rodas teria ido de Aix-la Chapelle até a Holanda, com acompanhamento de homens e mulheres, estas em "diabólica luxúria" (Seppilli, 1944, p. 18).

É bem possível que a palavra carnaval tenha suas origens nas normas impostas pela Igreja para a Quaresma. Entretanto, parece claro que, anteriormente, os carros navais já se usavam em desfiles pagãos que, em última instância, podem ser interpretados como precursores do carnaval.

Isto posto e dada a brevidade deste texto, passar-se-á, de imediato, ao carnaval brasileiro.

### 3. Os "carros de idéias"

Parece claro que o carnaval brasileiro começa ao tempo da colonização portuguesa. Era a festa de rua "desorganizada", da qual as pessoas participavam, fazendo aquilo que melhor lhes aprouvesse, sobretudo o "entrudo", que consistia em aplicar temíveis molhadelas nos desprevenidos. Aos poucos, vão surgindo grupos, sobretudo nas camadas mais populares, que, junto aos cucumbis de raízes africanas, darão origem aos blocos, cordões e ranchos.

Embora fantasiados ou conduzindo algumas alegorias de mão, não se cogitava ainda, nesses grupos, da apresentação de carros alegóricos. Estes aparecem somente quando se fundam, no Rio de Janeiro, as chamadas Grandes Sociedades Carnavalescas: Tenentes do Diabo, ex-Zuavos (1855), Democráticos (1866) e Fenianos (1869).

A partir, pois, do surgimento dessas sociedades, o carnaval carioca — modelo que foi seguido por alguns outros carnavais brasileiros —

AMICUS - Batatais-SP, ano VI, nº 12 - novembro/2005

107

passou a adquirir nova feição, não apenas pelos bailes organizados por essas agremiações, mas sobretudo pelos desfiles de carros alegóricos, por elas promovidos, os quais certamente causaram impacto, naquele Rio de Janeiro de ruas estreitas e ainda precariamente urbanizado. Tempos em que as brincadeiras de rua, - das quais participavam dominós, diabinhos e princesas, - eram interrompidas para que o povo pudesse admirar as fantasias luxuosas das pessoas que, nos carros alegóricos, se exibiam triunfalmente.

Era aquele carnaval compatível com os anseios dos intelectuais, para os quais às Grandes Sociedades cabia a missão de "civilizar o zé-povinho", mostrando-lhe uma festa de arte e bom gosto, contrapondo-se às molhadelas aplicadas pela turba às famílias que iam assistir à festa, no centro da cidade.

Terminada a Guerra do Paraguai, o Brasil passa a viver um período de intensos questionamentos, sobretudo políticos. A questão da escravatura e a propaganda republicana ganham maior vulto, chegando até o âmbito das sociedades carnavalescas. Estas, que até então se limitavam a fazer carros alegóricos que impressionavam, pelo luxo e dimensões, passam a apresentar carros de crítica ao sistema político. Eram os chamados "carros de idéias", através dos quais se buscava ridicularizar a Monarquia e trazer bem vivas as injustiças da escravidão (Cunha, 2001, p. 23 e segs.).

Proclamada a República, as Grandes Sociedades aplaudiram-na, pois diversos membros de tais agremiações tinham vínculos com o novo regime. Mas elas perderam aquela importância de defensoras das idéias reformistas, uma vez que não havia mais o que se contestar. Os novos temas propostos, como as sátiras ao povo simples, já não tinham a mesma repercussão e a República mostrava-se, ante as críticas que se lhe fizeram, menos tolerante do que a Monarquia, pois a censura limitou a liberdade de manifestações tidas como desrespeitosas.

Se, ao tempo dos desfiles pela estreita rua do Ouvidor e adjacências, as sociedades recebiam auxílios pecuniários dos comerciantes dessas localidades, - pois eles beneficiavam-se financeiramente com a passagem dos carros, - a abertura da avenida Central (1905) passou a ser o lugar incontestavelmente natural dos desfiles, desobrigando assim os comerciantes nela estabelecidos a qualquer forma de contribuição.

As Grandes Sociedades já não tinham dinheiro, os carros alegóricos tornaram-se pequenos para a larga avenida Central

e, além disso, já em 1907 surgia o curso, outra modalidade carnavalesca, que passou a ocupar espaço na avenida Central. Eram automóveis com capotas abaixadas que, percorrendo os 1.800 metros da avenida nos dois sentidos, faziam aquela festa de muito confete, serpentinas, "flirts" e esperanças de, quem sabe, algo mais...

#### 4. As Escolas de Samba

O enfraquecimento das Grandes Sociedades coincide com o acentuado aumento de pequenas agremiações de zonas pobres, cujos blocos carnavalescos, - sobretudo a partir da última década do século XIX - vão ganhando organização, para se consolidarem na década de 1920. Mas a avenida Rio Branco (ex-Central) continuava sendo o palco do Grande Carnaval, enquanto que aos blocos restava a praça Onze de Junho. É nesse local que se apresentavam os cordões, sem grande pompa, mas com "muito samba no pé".

Dentre tais cordões, merece referência o "Deixa Falar", fundado em 1928, que se admite ter sido a primeira escola de samba. Na verdade, não se criou então uma nova forma ou estrutura de desfile, mas apenas uma denominação complementar ao nome do bloco. Expressão que passou a ser adotada logo depois por outras entidades carnavalescas.

Na década de 1930, as escolas de samba passam a dar nova feição a sua organização, ao criarem comissão de frente uniformizada, enredos, alegorias mais elaboradas, etc. Características que, na década seguinte, já se acham consolidadas, dando portanto às escolas de samba feição própria.

Entretanto, o espaço a elas concedido continuava sendo a praça Onze. Somente quando se iniciaram as demolições para a abertura da avenida Presidente Vargas, que, conseqüentemente, também atingiram a velha praça, é que os desfiles foram transferidos para outros locais, tais como o Obelisco, no final da avenida Rio Branco. As escolas passam então a contar com a colaboração de artistas plásticos, cenógrafos, figurinistas, etc. Tudo contribuindo para sua melhor apresentação. Era a penetração da classe média no carnaval de rua, daquele "embranquecimento" do samba, que tanto desagradou os saudosistas, mas que permitiu, em 1976, a emergência de carnavalescos como Joãozinho Trinta, na Beija-Flor de Nilópolis. Tempos em que os desfiles já se faziam na Marquês de Sapucaí, onde, como se sabe, foi posteriormente construído o sambódromo, aliás, Passarela do Samba Professor Darcy Ribeiro. A

partir dessa obra, concluída em brevíssimo tempo (1984), foi possível a passagem de carros monumentais, com razoável altura, o que contribuiu para maior brilho dos desfiles.

### 5. Carnaval Paulistano

A exemplo do que ocorreu no Rio de Janeiro — obviamente, guardadas certas peculiaridades —, o carnaval de São Paulo, até meados do século XIX, não foi muito além do entrudo. O tríduo deixou de ser apenas uma festa de rua, entrando para os salões, quando os Zuavos, primeiro grupo carnavalesco paulistano, deu a tais festejos feição moderna. Surgida em 1857, essa agremiação passou a promover bailes de máscaras e desfiles com carros alegóricos (Bruno, 1984, p. 755) “de platibandas altas”, o que vedava os “gulosos olhares da multidão e as formas esculturais e esbeltas de elegantes pagens de Luís XIV ...” (Freitas, 1978, p. 41.)

Aos Zuavos, seguiram-se outras sociedades congêneres, como o Clube dos Democráticos, Pindaíbas Carnavalescos, Fenianos e Tenentes de Plutão.

Movidas pelo mesmo espírito de suas co-irmãs cariocas, as sociedades carnavalescas paulistanas também participaram da propaganda republicana, ao conduzirem em seus préstitos os “carros de idéias”. Já em 1881, os Girondinos apresentam um carro onde se enaltece a República Francesa e a Reforma Eleitoral (Simson, 1984, p. 129 e segs.). Pouco depois de proclamada a República, continuaram desfilando em São Paulo os “carros de idéias”, iluminados por “fogos cambiantes”. Era aquele carnaval-espetáculo que se fazia no Triângulo Central (ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro), nos últimos anos do século XIX e primeiros do seguinte. Tempos em que os Fenianos contratavam carnavalescos e artistas cariocas para a confecção de seus carros alegóricos (Simson, 1984, p. 235).

Dentre as camadas populares, ocorreu a substituição gradativa dos incipientes grupos, por blocos mais organizados. Dentre estes, o Grupo Carnavalesco Barra Funda, fundado em 1914, primeiro cordão carnavalesco paulistano, aliás, embrião da atual Escola de Samba Camisa Verde e Branco. Pelo menos, por volta de 1920, o Barra Funda já apresenta carro com grande alegoria, uma figura de falcão.

Na década de 1950, a Vai-Vai, ainda bloco (passou a ser escola de samba somente em 1972), levou para a avenida uma caravela,

alegoria alusiva à vinda da Família Real para o Brasil. Em outro ano, o bloco apresentou uma igreja barroca, em enredo sobre o Aleijadinho (Simson, 1989, p. 145).

Porém, o carnaval paulistano carecia ainda de apoio oficial, o que aconteceu em 1968, ao tempo do prefeito Faria Lima. Estabeleceu-se então que as escolas de samba passavam a obedecer ao modelo carioca. Nesse processo de assimilação da estrutura do Rio de Janeiro, as escolas paulistanas incorporaram itens como Comissão de Frente, Mestre-Sala e Porta-Bandeira, denominação de Bateria, etc. Certamente, já haviam passado os tempos dos “caramanchões” dos cordões, substituídos por alegorias cada vez maiores e mais elaboradas, que iam ganhando dimensões dos atuais gigantescos carros alegóricos, apresentados no sambódromo paulistano. No interior do Estado, também se fez carro alegórico. Que se examine o caso de Batatais.

### 6. Do passeio público ao sambódromo Carlos Henrique Cândido Alves

Talvez, a mais antiga referência ao carnaval de Batatais se encontre em um dos textos “Batatais de Outr’ora”, da autoria de Jean de Frans, publicado em 1920 (*Gazeta de Batataes*, nº 695, 15 fev. 1920, pp. 1 e 2). Ao tratar do carnaval de rua de 1889, o autor, com certa nostalgia, recorda-se do “bando” que, tendo à frente os “trocadores de flores”, a cavalo e mascarados, propunham em voz de falsete, junto às janelas: “Troca flores!... Troca flores! ...”. Seguiam-lhes mascarados avulsos os mais diversos, depois, um grupo de marinheiros e, encerrando o préstito, “dois carros de crítica à situação política dominante na Província (o grifo é nosso). Certamente, o ponto alto da apresentação do “bando” tinha que acontecer no passeio Público, hoje praça Cônego Joaquim Alves. Ainda segundo o mesmo texto, o carnaval de 1898 não apresentou o mesmo entusiasmo, mas houve alguma animação, com a apresentação de “uma formidabilíssima ‘bota’, de dimensões colossais, recamada pitorescamente de lantejoulas e gaze, com um leque em movimento — à guisa de carro alegórico, uma crítica às quatro facções políticas que então jogavam à boca da urna eleitoral e um carro ao deus Baco...”.

Portanto, primeiras referências aos carros alegóricos do carnaval de rua da cidade. Este, ainda segundo a imprensa local, se enfraqueceu, ao ponto de, em 1922, apresentarem-se apenas “quatro ou cinco meninos pertencentes a um clube inferior” (*G.B.*, 5 mar. 1922, p. 1).

Quanto ao estruendo, já não se praticavam as velhas tradições do baile de água e da farinha de trigo. Por outro lado, surgia o corso, "o chic da festa carnavalesca de nossos dias" (G.B. 25 fev. 1917, p.3).

Nos últimos anos da década de 1920, surgem os blocos, em grande parte formados nos clubes 14 de Março, 21 de Abril e Sociedade Italiana. Porém, todos de duração efêmera, portanto sem a apresentação de alegorias dignas de nota.

Em 1934, a impressão favorável causada pelos cordões do Vitória Régia e da Operária contribuiu para que, no ano seguinte, esta sociedade desfilasse com um carro alegórico com formato de "vistoso galeão", enquanto a Sociedade Italiana apresentava o carro Moreninha, com dois cisnes, "ambos ornamentados com os rostos e sorrisos lindos de nossas patrícias, suas rainhas e damas de honra" (Folha de Batataes, 9 mar. 1935). Carro confeccionado pelo artista plástico Plínio Ramos Vianna, que fez também outros dois, intitulados "Loirinha" e "Adão e Eva" (Vianna, 1984, p. 46).



CARRO "MORENINHA" DA SOCIEDADE ITALIANA - 1934

A partir da esquerda. Entre outros: Oswaldo Pereira da Costa (Palito), Oreste Silva (Azanchi), Henrique Braga, Arlindo Fantacini, Venicio Degani, Conceição Soares, Dagmar Ferreira, Ozila Gimenez, Aparecida Pesenti, Luzia Vicenti, Adelino Degani, Yolanda Raimundo, Joel Felício, Ana Pesenti, João Felício, Carmen Raimundo, Rinaldo Pesenti, Levi Freire Viana

Acervo: Senhor Rinaldo Pesenti

Em 1936, três blocos levaram seus carros ao desfile:

"O Cara Suja apresentou um (...) originalíssimo carro V-7, guardado por soldados cavalcando cavalos azulados (...) Os Tenentes do Diabo apresentaram um bellissimo carro, cuja mais linda ornamentação eram duas senhoritas, formosas e alegres (...) Os operários do Abafando a Tristeza apresentaram-se com chineses a manejar suas adagas, precedendo seu artístico carro que representava uma casa chinesa..." (Folha de Batataes, 29 fev. 1936).



CARRO DO BLOCO "ABAFANDO A TRISTEZA" - 1936

A partir da esquerda. Vendo-se entre outros: Maria Brasão, José Gerônimo, Aristides Nogueira Braga, Moacir Campos, Tonico Stella, Alexandre Stella, Lola Penacho, Maria Verona, Bianca Verona, Humberto Bianco (Juca Pindoba), Armando Venturoso, Fausto Bellini Degani, Antônio Jaime dos Reis (Tonico do Pedro Antônio), Adriano Pelá, Sinhô Covas.

Acervo: Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís-Batatais-SP

Porém, a partir do ano seguinte, já não houve corso e o carnaval de rua entrou em período de acentuada queda. O bloco Abafando a Tristeza limitou-se aos bailes da Operária e o Flor de Maio (sucessor do Vitória Régia) foi desfilando em Franca. Compreende-se assim o estado de espírito do cronista que, em 1938, lamenta-se: "Onde estão os blocos carnavalescos que não aparecem e nem ao menos dão sinal de vida?" (F.B. 22 jan 1938). Tudo leva a crer que o carnaval agonizava, porque ... "branqueara".

Seguem-se os anos de guerra e, com eles, pouco ou nenhum interesse por carnaval. Perduram apenas os bailes nos salões das

sociedades. Nas ruas, aquelas cinzas de Fênix, aguardando seu próprio renascimento, o que vai ocorrer em 1952, quando a comunidade negra local fundou a Sociedade Beneficente e Recreativa Princesa Isabel (Cardoso, 2002, p. 18 e segs.). Então, o carnaval de rua voltou a ter a importância de outros tempos ou, quiçá, chegou até mesmo a superá-la, pois já no ano seguinte a imprensa local noticiava com entusiasmo os preparativos que, na Princesa Isabel, se faziam para o desfile. Retornavam os carros alegóricos e incentivavam-se outras agremiações a participar dos desfiles.

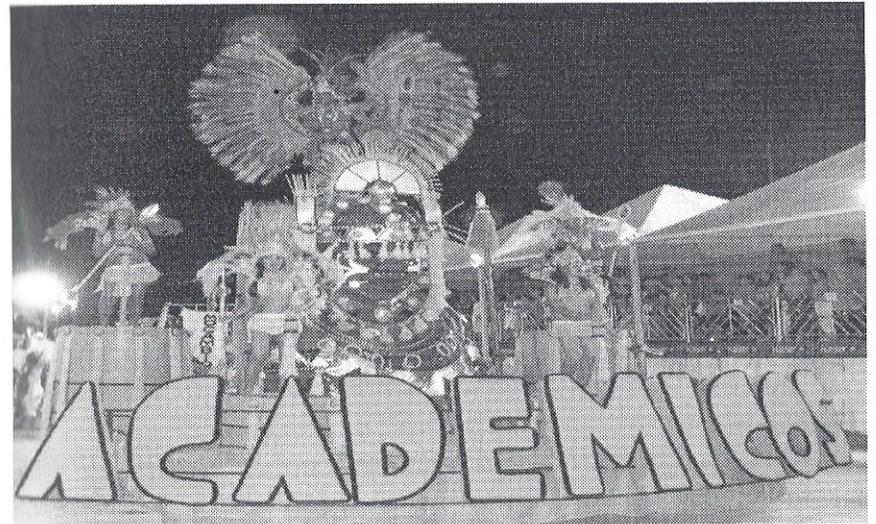
Porém, às vésperas do carnaval de 1960, o cronista já registra, com indisfarçável frustração, que "não desfilarão os carros alegóricos das sociedades batataenses, devendo o carnaval ser assumido apenas pela Escola de Samba Princesa Isabel" (*O Jornal* nº 1.152, 19 fev. 1961). Situação que vai perdurar até 1970, quando as demais sociedades, embora não colocassem blocos ou cordões nos desfiles, ao menos apresentam carros alegóricos. Mais uma vez, a participação da Princesa Isabel foi importante "para que se tivesse efetivamente um clima de carnaval" (*O Jornal*, nº 1.574, 1º mar. 1970). Valiosa também foi a participação da Sociedade Pró-Arte de Batatais, ao apresentar um dos carros alegóricos mais belos do desfile.

A partir de 1971, o carnaval de rua da cidade passa a contar com a participação da Escola de Samba Castelo – então recentemente fundada – bem como das demais sociedades locais: o Centro de Cultura Física, com sua piscina e nadadores; o Clube 14 de Março apresenta o carro "Cabana de Ciganos" e seu bloco de "sujos"; Rotary Club exalta, em alegoria, a Rodovia Transamazônica; a Pró-Arte apresenta casal de namorados, sentados em banco de jardim, acompanhados por bloco de "malandros"; o comércio participa com carro alegórico simbolizando a mulher brasileira; o carro do Bloco Parada Dura, da Operária, faz alusão ao tricampeonato mundial de futebol; a Princesa Isabel, como sempre, dava força ao carnaval de rua, trazendo "aquela mistura de cores que se juntam com o ritmo do samba bem marcado e cadenciado" (*O Jornal*, nº 1.620, 28 fev 1971); o Instituto Agrícola de Menores, apresentando um castelo; finalmente o carro do Lar da Infância.

Como se depreende, era a participação definitiva dos carros alegóricos, o que se confirmou durante todo o transcurso dessa década, quando outras importantes agremiações passaram também a desfilar. Dentre estas, mencionem-se ao menos Stella, Riachuelo e Acadêmicos do Samba, sucessora da Princesa Isabel, então já não participante dos desfiles.

Em 1982, com a transferência do carnaval de rua da praça Cônego Joaquim Alves para a avenida Nove de Julho, foi possível fazerem-se carros maiores. Nesse ano, a Castelo introduziu carros não motorizados, o que pouco depois foi feito por outras escolas.

CARRO ALEGÓRICO DA ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DO SAMBA-2005



CARRO ALEGÓRICO DA ESCOLA DE SAMBA CASTELO - 2005



Com a fundação da União das Escolas de Samba de Batatais, UESB, em 1985 o carnaval ganhou maior organização, portanto maior brilho. A transferência dos desfiles para a avenida 14 de Março e depois para a avenida Moacyr Dias de Moraes, embora representasse um melhoramento, ainda não solucionara a questão de um local adequado, o que somente aconteceu em 2005, quando se fez o primeiro desfile no Sambódromo Carlos Henrique Cândido Alves. A partir de então, as escolas de samba ganharam espaço para melhor apresentação, inclusive de carros alegóricos de maiores dimensões, o que certamente contribui para maior brilho do carnaval da cidade.

#### REFERÊNCIAS:

##### a) Jornais

- Folha de Batataes*, (F.B.), Batatais, SP.: 1934, 1935 e 1936.  
*Gazeta de Batataes*, (G.B.), Batatais-SP: 1917, 1920 e 1922 (Textos de Jean de Frans).  
*O Jornal*, Batatais, SP.: 1955, 1961, 1970 e 1971.

##### b) Bibliografia

- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1984, 3 v.
- CARDOSO, Walter. "Princesa Izabel, cinqüenta anos de lutas por um ideal". *AMICUS*, Batatais-SP, nº 5, maio 2002.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FRANS, Jean de. *Batatais de Outro'ora*. São Paulo: s.e., 1939 (Textos publicados anteriormente em *Gazeta de Batataes*).
- FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e Reminiscências Paulistanas*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- MORAIS, Eneida. *História do Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- SEPPILLI, Anita. "Origens do Carnaval". *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: ano X, vol. XCVII, jul-ago. 1944.
- SIMSON, Olga Rodrigues Von. "A burguesia se diverte no reinado de momo - sessenta anos de evolução do carnaval na cidade de São Paulo." Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre. São Paulo: 1984, mimeo.

\_\_\_\_\_. "Branco e negro no carnaval popular paulistano (1914-1988)." Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor. São Paulo: 1989, mimeo.

VIANNA, Plínio Ramos. *Memórias de um autodidata*. s.l, editora Vitoria, 1984.

CARDOSO, Walter. These gigantic and wonderful allegoric cars. *AMICUS*, Batatais-SP, nº 12, 2005, pp. 106-117.

ABSTRACT: Some considerations on the word "carnival" and its relation with allegorical cars and with their appearance in Brazilian carnival, more specifically, the case of Batatais.

KEYWORDS: navy cars, great societies and "car of ideas"

## PARTEIRAS E PARTOS: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DO UNIVERSO FEMININO

Claudete Camargo Pereira BASAGLIA\*

**RESUMO:** Reconstruir experiências cotidianas ligadas a papéis sociais desempenhados por mulheres parteiras, percorrendo espaços e temporalidades diversas, é o objetivo deste artigo. Depoimentos em torno de experiências de vida pessoal, familiar e social, vivenciadas em Batatais, completam as fontes pesquisadas e contribuem para a reconstrução do passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** parteiras, partos, relatos orais, Batatais.

As idéias que se expõem nestes escritos têm por objetivo reconstruir experiências cotidianas ligadas a papéis sociais desempenhados por mulheres parteiras, percorrendo espaços e temporalidades diversas que podem estar no Brasil do século XIX, do século XX ou na Batatais do século XXI. As primeiras fontes às quais recorreremos foram os livros. Como fontes adicionais nos valem das reconstruções de experiências de vida pessoal, familiar e social, vivenciadas em Batatais e expressas por narrativas orais femininas. A Internet também se constituiu numa fonte de informações, uma vez que nela encontramos os espaços das redes de pessoas que lutam por um mundo mais justo, solidário e sustentável no qual está presente o direito da mulher escolher como quer ter o filho.

Os registros orais dos depoimentos femininos recolhidos em Batatais criam a possibilidade de reconstrução do passado. Apresentam-se como uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquela que lembra. São lembranças com peso documental que alcançam certas generalizações históricas na medida em que abrangem comportamentos, costumes e hábitos. São conteúdos concretos, datados, socialmente compreensíveis e legíveis. O pensamento de Arendt (1992, p. 28) nos oferece uma dimensão desta questão ao apresentar o passado como uma "herança que nos foi deixada sem nenhum testamento", podendo "ser sempre reaberto e narrado nas suas variadas possibilidades".

\*Mestre em Educação pela UNICAMP e professora de Sociologia do Centro Universitário Claretiano de Batatais.

## "A arte de partejar": aparadeiras, parteiras, curiosas

A tradição camponesa da cultura das parteiras, tradição transmitida ao longo das gerações das avós, das tias e das mães para as filhas, não existia no Brasil. Foi de Portugal cristianizado que vieram as tradições européias sobre a gravidez e o parto, desde a dieta dos caldos de galinha durante os 40 dias de resguardo até as tradições de caráter preventivo durante a gravidez.

Dentre os registros elaborados pelo viajante francês Jean de Léry (1967, p.190-191) durante a viagem que fez ao Brasil em 1558, encontramos um trecho no qual ele relata um parto. Consideramos que sua narração traduz uma dimensão dos costumes e hábitos dos habitantes locais, aqueles que ele considerou os "selvagens da América".

"Pernoitando com outro francês em uma aldeia, certa ocasião, ouvimos, quase à meia-noite, gritos de mulher e pensamos que estivesse sendo atacada pelo jaguar, essa fera carniceira que já descrevi. Acudimos imediatamente e verificamos que se tratava apenas de uma mulher em horas de parto. O pai recebeu a criança nos braços, depois de cortar com os dentes o cordão umbilical e amarrá-lo. Em seguida, continuando no seu ofício de parteira, esmagou com o polegar o nariz do filho como é de praxe entre os selvagens do país. Note-se que as nossas parteiras, ao contrário, apertam o nariz aos recém-nascidos para dar maior beleza afilando-o. Apenas sai do ventre materno, é o menino bem lavado e pintado de preto e vermelho pelo pai, o qual, sem enfaixá-lo, deita-o em uma rede de algodão."

No Brasil colonial, dada a ausência de tradição das parteiras, a gravidez e o parto tornaram-se cheios de tabus (CASCUDO, 2000). Para garantir a gravidez tranqüila, facilitar a expulsão da criança na hora do parto, para evitar que a criança nascesse torta, aleijada ou com manchas, a mulher grávida não deveria usar nada apertado, inclusive cordões, cintas e ligas. Nenhum objeto deveria ser colocado sobre o seio porque a criança o traria impresso na carne. Uma chave, por exemplo, ocasionaria lábio leporino, uma medalha provocaria uma pinta escura.

Todo desejo da mulher grávida deveria ser satisfeito, devendo comer o que lhe apetecesse, sob pena de "perder a barriga". Para que a criança fosse caseira, amiga de sua casa, seu cordão umbilical deveria ser enterrado sob a soleira da porta. Para não ter mais filhos, a mulher deveria tocar com a mão direita em pedra d'ara no altar, enterrar a placenta de boca para baixo depois do parto ou pôr no último filho o nome do pai ou o de São Geraldo. Vestir a

ceroula do marido, colocar na cabeça o chapéu do marido às avessas e soprar em garrafas também podia ajudar.

As negras escravas assimilaram os costumes e os usos das mulheres brancas, contribuindo com a recordação dos hábitos africanos, muitos deles herdados dos árabes, com o conhecimento de remédios vegetais e também fortalecendo a credence dos agouros e dos amuletos. O ofício de aparadeiras, nome pelo qual também são chamadas as parteiras no Brasil, esteve em muitas circunstâncias relegado às pretas velhas e às curiosas.

Cultos ligados à proteção do parto, Nossa Senhora do Amparo, da Luz, da Glória, do Bom Parto, da Boa Hora, revelavam os perigos que rodeavam este momento. O mal-de-sete-dias, tétano umbilical, estava entre os perigos iminentes que evidenciavam o risco de morte no momento do nascimento. A esse respeito Freyre (1954) apresenta um trecho do Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros no qual consta que, nas senzalas, muitas crianças morriam anjos por ignorância das mães que cortavam o cordão muito longe do "embigo", colocando pimenta e óleo de rícino para em seguida apertarem o ventre com faixa.

Assistir partos passou a compor, até meados do século XX, o universo das tarefas femininas, era parte do aprendizado e da sabedoria transmitidos de mãe para filha na experiência do dia-a-dia.

Marina Maluf (1995, p. 246-247) realizou uma pesquisa sobre papéis femininos no período da expansão cafeeira em São Paulo, em fins do século XIX e início do século XX. Ela teve como uma das fontes de seu estudo livros de memórias, cadernos de lembranças e diários escritos por mulheres. Nesta obra encontramos registrada a lembrança de um parto difícil da escrava Cedenilha feito pela fazendeira Anna Carolina de Arruda Botelho na "maternidade-senzala" da Fazenda do Pinhal.

"Diante da impossibilidade de fazer nascer a criança e aliviar as dores da mãe Anna Carolina ordenou ao marido que amarrasse a escrava.

— Vosmecê é quem manda, Sinhá! — e assim procedendo passa uma corda em volta do tórax da mulher e com a ajuda de outro escravo lança uma das pontas por cima de uma viga do telhado (...). Cedenilha é içada ao ar. Uma curiosa entra e coloca no chão, bem debaixo do corpo da parturiente suspensa, uma calça enrolada do pai, a fim de tirar o quebranto e chamar o bebê. Sinhá dá o sinal o os homens "afrouxam a corda e deixam a pobre mulher cair repentinamente até quase o chão. A força do baque começa a agir,

mais um arranco e o corpo do bebê surge por entre rouca gritaria (...). Com faca de bambu cortam o cordão umbilical (...). Para evitar infecção, queimam o corte com o cabo de colher de sopa, aquecida ao fogo. Anna Carolina dispensa o pai e trata de cuidar da paciente. Para retirar a placenta, aperta-lhe a barriga de alto a baixo com uma concha de feijão e, enquanto lida, dá ordens às ajudantes que retirem do fogo nove brasas bem acesas e as depositem em meio copo de água. Assim que se apagarem, devem jogá-las no fogão para que reacendam. Cedenilha toma a ácida beberagem e depois é banhada em chá de cabelo de milho para evitar eventuais hemorragias. Sinhá ainda ordena às outras escravas encarregadas da criança que no dia seguinte torrem flor de taboa, soquem bem, e depois polvilhem o umbigo do bebê, para secá-lo rapidamente."

Este trecho de memórias particulares indica que as memórias autobiográficas, memórias particulares e a memória coletiva estão imbricadas, podem revelar o modo pelo qual as pessoas estão inscritas na sociedade. Esta compreensão nos leva a ampliar a busca e percorrer espaços cotidianos diversificados geograficamente e temporalmente em busca de memórias femininas, procurando uma perspectiva de suas experiências cotidianas em torno da ação das parteiras e dos partos no município de Batatais, Estado de São Paulo.

#### **"Chamar para a vida": a tradição das parteiras em Batatais**

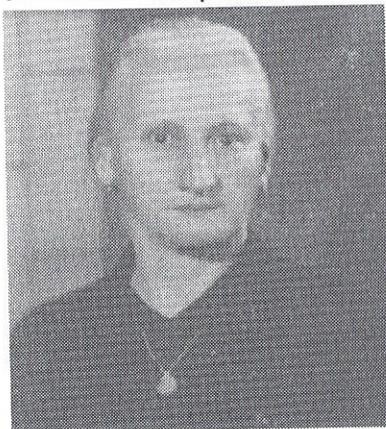
Embora tenhamos afirmado que a tradição camponesa da cultura das parteiras, tradição transmitida ao longo das gerações das avós, das tias e das mães para as filhas, não existisse no Brasil até a chegada dos portugueses, não há estranhamento no título deste tópico, pois, considerando as temporalidades, tratar do ofício de parteira em Batatais é tratar de algo que se situa no campo das tradições, das tradições imateriais, aquelas que estão confinadas nas memórias das pessoas, no interior das casas, no fundo das gavetas em caixinhas de recordações. É preciso evocá-las.

Relembrar a partir das histórias ouvidas e vividas foi a solicitação feita às irmãs Maria José e Dalva Basaglia. Relembrar da avó parteira Maria Trovo Ferrari, nascida em 1881, casada com Santo Trovo, moradora da Fazenda Bom Jesus, situada entre a Fazenda da Barra e a Boa Esperança. Uma mulher que quando "os filhos ficaram adultos e passaram a trabalhar por conta com compra e venda de gado" vendeu a propriedade e veio morar na cidade, numa casa da avenida Nove de Julho.

Sua "prática de parteira começou na fazenda, ia a pé ou na garupa de cavalo". Chegava a ficar dois dias na casa da parturiente

enquanto deixava os onze filhos mais novos por conta de nossa mãe, Ermelinda, que era a filha mais velha”.

Algumas vezes ela contava que os partos eram difíceis, a criança estava sentada”, nestas ocasiões era preciso chamar o médico. “Parece que ela chamava o doutor Leandro”, comenta Maria José. “Contava também que em alguns casos muito difíceis ela costumava fazer promessa e depois, quando o parto dava certo, pedia para que a mãe colocasse o nome do santo na criança e as pessoas atendiam seu pedido”.



Parteira Maria Trovo Ferrari em 1948

Atendeu muitas mulheres quando ainda morava na fazenda e também atendeu os partos de suas filhas e de suas netas. Esta prática lhe valeu o nome de Madrinha, modo pelo qual passou a ser chamada, sobretudo pelos familiares. “Era uma mulher enérgica, respeitada por todos, sua casa vivia cheia de gente”.

“Quando precisei, chamei minha avó e o parto foi difícil. Ela foi chamada perto de sete horas da noite, quando ela chegou eram oito horas e a criança nasceu quinze para o meio-dia do dia seguinte porque a criança coroou e não saiu”, conta Dalva.

A parteira Maria Trovo Ferrari carregava consigo uma maleta. “Lembro-me de tesoura, uma lata vazia de goiabada, fumo e azeite. Ela queimava um pano para desinfetar e misturava o fumo de corda com azeite na lata e depois colocava no umbigo”, continua lembrando Dalva.

Para Dalva a maior exigência estava no resguardo. Era preciso esperar quarenta dias porque “por quarenta dias o corpo fica aberto”, justificava a parteira. Dentre as recomendações que fazia, estavam: não tomar banho geral, apenas meio banho, não lavar a cabeça, amarrar lenço, calçar meia e não ter relações sexuais. “Para mim, quando completou quarenta dias, ela disse: Quem guardou quarenta, guarda quarenta e um. Acabei tomando banho geral quarenta e dois dias depois do parto”.

A segunda filha de Dalva nasceu no “Hospital Major Antônio Cândido, com uma parteira chamada Neuza. Esse parto foi rápido. No hospital não fui orientada para o resguardo”.

“Outra parteira da cidade foi a dona Feliciano, que atendia depois da Madrinha. Ela foi famosa na cidade, muita mulher teve filho com ela. Havia outras ‘curiosas’ que tinham liberdade total porque nessa época os médicos não se opunham.”

Sobre Neuza, parteira que atendia no hospital, suas irmãs Myrian Cléa de Mello e Élide de Mello Reis relatam que nasceu em Batatais no ano de 1923. Trabalhou 17 anos no hospital onde foi contratada, em princípio, como enfermeira e parteira passando depois a exercer apenas função de parteira. No período em que trabalhou no hospital, viveu no quarto número cinco, pois, precisava ficar à disposição para atender os partos. “Quando ela saía com sua amiga, precisava deixar avisado onde estava para o caso de uma emergência. Ela chegou a colocar um telefone em nossa casa por causa disso”, disseram as irmãs.

Em 1965, Neuza de Mello saiu do hospital para casar e, depois de casada, foi viver em Ribeirão Preto. Sua permanência no hospital marcou a vida de muitas mulheres, sobretudo aquelas que tiveram filhos em casa e depois viveram a experiência de tê-los no hospital, o que era considerado um avanço para a época, além do mais, as parteiras que atendiam em casa ficaram cada vez mais raras a partir desse período.

Sônia Maria Ziviani, que é auxiliar de enfermagem no hospital há 22 anos, afirma que conheceu Neuza há quarenta anos e reitera que ela foi uma parteira competente.

Maria Ferrari Trovo, Feliciano, Neuza, foram os nomes citados nos relatos orais de Maria José e Dalva Basaglia, mas Odete Nascimento Bérgamo lembrou-se também de sua tia Hermínia do Nascimento, mãe de doze filhos, parteira que morava numa casa vizinha da escola na Fazenda São João da Mata. Quando era chamada, ia de charrete atender os partos. Era uma mulher morena, bonita, forte. Lembrou ainda que ela carregava uma maleta e quando chegava na casa mandava ferver água, pedia panos para a dona da casa e trazia bacias para o quarto. Conforme as recordações de Odete, ela não chegou a atender partos na cidade.

“Em Batatais eu me lembro de Dona Sebastiana, era uma preta bonita que morava na rua Santos Dumont. Lembro-me de um parto de minha amiga Zezé Demonari. Eu era mocinha, tinha 15 anos e essa vizinha começou a passar mal, fiquei tomando conta das crianças e eu não esqueço porque peguei o nenê recém-nascido. Fazia umas duas horas apenas que o nenê tinha nascido e a dona Sebastiana me chamou no quarto para carregar. Foi a primeira vez que eu carreguei um nenezinho que tinha acabado de nascer”.

Maria José Demonari, conhecida por Zezé, teve cinco filhos com a "comadre" Sebastiana. Ficaram comadres porque ela é madrinha de uma das filhas de dona Sebastiana. Ela relata que os dois primeiros filhos, a Joana e o José Antônio, nasceram com a dona Corina na Fazenda Bom Jesus. Os partos foram normais, prova disso é que antes do primeiro parto varreu café até cinco e meia da tarde e às sete horas da noite a menina já tinha nascido.

"Mudei para a cidade e tive o Paulo, a Rita, o Cássio e a Benê com a comadre Sebastiana. Também foram partos fáceis. Todos eles nasceram nesta casa da rua Santos Dumont. Minha quarta filha, a Maria, nasceu com a tia Inês Raimundini porque a comadre Sebastiana estava fazendo um parto na fazenda. Tia Inês era outra parteira famosa de Batatais, era muito boa também. Morava no bairro Santo Antônio."

O parto que está entre as recordações de Odete é o de Manoel Francisco, seu afilhado e filho mais novo de dona Zezé. "O parto de meu filho mais novo, o Manoel Francisco, foi feito pela comadre Sebastiana. Acabei de jantar e fui sentar na calçada. Comecei a passar mal, eram mais ou menos seis horas da tarde, uma hora depois meu filho já tinha nascido". Ela complementa explicando que dona Sebastiana já andava meio doente nessa época, pois, era

diabética. "Acredito que foi um dos últimos partos que ela fez. Ela era uma criatura boa".

Dentre as recomendações que dona Sebastiana passou para o resguardo de dona Zezé, estavam: "ficar quatro dias de cama, sem levantar. Por quarenta dias não podia lavar a cabeça e devia usar meias. Comidas como arroz e feijão, só depois de quinze dias, até esse dia, sopa e pouca carne. Não era bom comer nada frio, não comer fora de hora, não comer comida pesada". O umbigo era curado com óleo e fumo de corda. Enfaixava durante quarenta dias.



Parteira Sebastiana de Assis  
Braz - em 1973

A parteira Sebastiana "picava o fumo e misturava com óleo, queimava um pano e colocava em volta do umbigo. Até cair o umbigo ela vinha todos os dias dar banho, benzer e cuidar".

Antes de encerrar seu depoimento sobre seus partos e a presença de dona Sebastiana nesses momentos de sua vida, dona Zezé

acrescenta que os partos que dona Sebastiana fez nunca precisaram ser pagos, "era um Deus lhe pague, ela nunca cobrou um tostão. Não se falava em pagamento. Nenhuma das três parteiras cobrou nada".

A partir da rede de relações que os depoimentos foram estabelecendo o próximo passo seria procurar uma das filhas de dona Sebastiana identificada como Antônia. Nas proximidades do local indicado, foi necessário recorrer a uma moradora da vizinhança para obter o endereço correto, foi assim que ouvimos dona Anália de Castro, mãe de dezesseis filhos, dos quais cinco falecidos. Ela esclarece que apenas dois filhos nasceram em casa. Um filho "foi trazido pela dona Sebastiana, que era amiga de minha sogra Rita Elisa da Silva. Minha filha Maria Aparecida, tive com uma irmã de minha sogra. Ela era de Anápolis e estava passeando em nossa casa. Os outros nasceram no hospital com a Neuza".

Dona Anália conta que teve a primeira filha com dezesseis anos e que o período do resguardo "não era fácil" para ela que precisava tirar água da cisterna e, "em quatro ou cinco mulheres", buscar lenha por perto. "A dieta, às vezes, era difícil de seguir, pimenta não podia comer".

Contando nos dedos um por um, dona Anália nomeia os onze filhos vivos, começando pelo mais velho, Antônio Carlos, depois Joana D'Arc, Luiz Carlos, Vanderlei, Valdir, Carlos Roberto, Rita de Cássia, Anderson, Juliana, Maria Aparecida e finalmente Luciana. Ela considerou que, de certa forma, foi sua inexperiência, sua desinformação que colaboraram para o agravamento das doenças de seus cinco filhos: "um morreu de sarampo recolhido, três de desidratação e outro de um tipo de eczema". Considerou também que "hoje, isso não aconteceria".

Ao tentar lembrar as idades de seus filhos, dona Anália pediu ajuda para o filho Vanderlei que chegava naquele momento. Ele atribuiu a dificuldade da mãe de lembrar-se destes detalhes ao fato de o pai, o senhor Geraldo Abraão da Silva, alterar as datas dos nascimentos dos filhos para não pagar multa no cartório. Considerou que eram tempos nos quais "os registros eram difíceis" e por esta razão o pai adotou este recurso.

Dona Anália indicou a casa de Antônia, filha da parteira Sebastiana não sem antes afirmar que não pagou pelos partos que fez em casa e que no hospital foi atendida pelo convênio com a saúde pública.

Antônia, uma das filhas de dona Sebastiana, sugeriu que sua irmã mais velha era a pessoa mais indicada para falar da mãe,

assim, Ana Aparecida fez seu relato oral, livre de qualquer direcionamento, conduzida apenas pela sugestão inicial que falasse sobre sua mãe como parteira.

"Minha mãe, Sebastiana de Assis Braz, era filha do Chico Braz e de Francisca de Assis Braz. Ela era mineira de Sacramento e veio para Batatais, casada e com filhos. Primeiro nós moramos um pouco para baixo do Colégio São José, mudamos para a rua Santos Dumont e depois minha mãe morou no Riachuelo. Era casada com Manoel Alves, que era boiadeiro, mãe de quatorze filhos.

Joaquina de Assis Matos, minha avó, era parteira. Minha mãe veio para Batatais com essa tradição. Essa era sua missão.

Ela já parterava há muito tempo e num parto muito difícil ela chamou o médico na hora certa. Ele achou muito importante o que ela fez, por esta razão ela foi chamada por esse médico, o doutor Ângelo Marcolini. Foi convidada para ser assistente e tinha carta do doutor Ângelo. Nesse tempo o médico podia ser responsável por uma parteira.

Dois motoristas de táxi iam buscar minha mãe em casa, o Totinho e o Santinho. Eles diziam:

— Vim chamar a senhora para ir à fazenda.

Minha mãe foi uma parteira muito boa. Ela falava sempre para mim:

— Cida, você nasceu de bruços, você deveria acompanhar sua mãe para também ser parteira.

Mas eu dizia que não servia para isso.

Ela punha o ouvido e colocava uma mão de cada lado da barriga e dava o diagnóstico:

— Você ainda vai uns três dias, você precisa andar bastante.

Tinha uma maleta com remédios indicados por receita, pelo doutor Ângelo. O umbigo curava com fumo e óleo de mamona para cicatrizar. Tinha uma caixinha branca com gases que ela pegava com uma pinça.

A maior alegria da minha mãe era quando nascia uma criança. Ela saía com o avental branco na maior felicidade.

Nós recebíamos de tostão e dávamos para minha mãe, que fazia partos e não cobrava. Nós passávamos muita dificuldade. Ela nunca reclamou. Ela dizia para a gente:

— A pessoa me dá alguma coisa se ela puder. Se ela disser "não tenho como pagar", eu não cobro, meu filho.

Ela tinha muitos "netos", crianças que ela trouxe ao mundo. No velório dela tinha muitos jovens, muitos a chamavam de vó, mas, nós não sabíamos porque ela nunca dava os nomes.

Antes de fazer um parto ela fazia uma oração, ela encontrava facilidade em tudo. Se tivesse que ajudar, ela ajudava. Ela dizia:

— Ser parteira não é para qualquer pessoa, para trazer uma vida é preciso transportar o eu da outra pessoa que está vindo para a vida".

Ela se comunicava, ela chamava o ser para a vida. Ela tinha uma clareza muito grande do que era a vida."

Os depoimentos em torno das parteiras que partejaram em Batatais e que foram aqui transcritos não se esgotam com este breve recorte no tempo e no espaço. Consideramos que se trata de um fragmento de memórias que compõem apenas um dos múltiplos ângulos das experiências cotidianas do universo feminino, podem, no entanto, suscitar lembranças de outras pessoas que aqui não estão presentes, mas que vivenciaram experiências análogas e cujos passos ainda ecoam pelos caminhos que cruzam o município.

### Considerações finais

Durante séculos, as mulheres passavam pela experiência do parto com ajuda de outras mulheres, ou mesmo, de forma solitária. O evento do parto permaneceu, por muito tempo, envolto de mistérios e tabus. Ao longo dos tempos algumas mulheres tornaram-se conhecidas pela sua habilidade em ajudar as parturientes e ampará-las no momento delicado do parto. Desta forma, as parteiras, muitas vezes, advindas das camadas populares, sem terem acesso ao ensino formal, muitas, sem saber ler e escrever, destacaram-se socialmente e passaram a ser requisitadas em preferência a outras pessoas para acompanhar as mães em trabalho de parto.

Com o tempo a prática das parteiras passa a ser cada vez mais visada, exigindo delas autorizações, exames aplicados por médicos ou mesmo diploma de parteira registrado. Com essas novas formas de compreender o ofício de partejar, as parteiras, aparadeiras, comadres, curiosas ou assistentes deixaram de ser solicitadas e esta prática caiu em desuso em quase todo o Brasil no decorrer do século XX, sobretudo nas regiões que se urbanizaram.

No entanto, nos primeiros anos do século XXI é possível reviver o passado em Batatais mediante relatos orais e também constatar que a prática das parteiras, agora reconhecidas como tradicionais, mantém-se viva, sobretudo nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, como o exemplo de Jaboatão dos Guararapes, cidade periférica de Recife que tem um bairro chamado Vila Rica, quase uma favela.

Não se sabe como, esse bairro concentra um enorme número de parteiras tradicionais. Mulheres que aprenderam pela tradição oral a cuidar das mulheres grávidas de suas comunidades desde as

primeiras semanas num acompanhamento permanente, que usam um pequeno cone de madeira para escutar o nenê e as mãos para ver se está tudo correndo bem. Elas não cobram pelo parto, e, quando necessário, levam comida ou roupa para a parturiente que acompanham (CAIS DO PARTO, 2005)

O registro final sobre o tema das parteiras e do ato de partejar não é de saudosismo de um passado remoto e sim da oportunidade privilegiada de repensar, de reescrever, constantemente, a história a partir de outras formulações e de outras experiências, o que oferece a possibilidade da emergência de novos sujeitos abstraídos tanto do que passou quanto da realidade presentificada, como o fato da existência de um significativo número de parteiras habitando as regiões Nordeste e Norte do Brasil, assumindo um papel social fundamental de "parir um mundo novo", ao lado de movimentos urbanos pró-Parto Humanizado, respeitando o direito das mulheres de escolherem como desejam ter seus filhos.

#### BIBLIOGRAFIA

- ARENDETT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. revista, atualizada e ilustrada. São Paulo: Global, 2000.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.
- LÉRY, J. *Viagem à terra do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- MALUF, M. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

CAIS DO PARTO. Parteiras de Jaboação Disponível em [www.tvcultura.com.br](http://www.tvcultura.com.br). Acessado em 15 de julho de 2005.

BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira. Midwives and births: everyday experiences of women universe. *AMICUS*, Batatais-SP, nº 12, 2005, pp. 118-128.

ABSTRACT: The aim of this article is to reconstruct the everyday experiences of midwives, which are related to their social role, in different spaces and times. Personal, family and social experiences complete the researched sources and contribute to reconstruct the past.

KEYWORDS: midwives, births, oral depositions, Batatais

## SUGESTÕES DE TRABALHOS PARA A REVISTA AMICUS

José Carlos de Medeiros Pereira\*

RESUMO: São sugeridos alguns trabalhos para a revista AMICUS, principalmente através de entrevistas com pessoas idosas e de consultas a jornais antigos da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: trocas no passado, estrada de ferro, arquitetura, "coronelismo", necrológicos, velórios, enterros.

### 1. Introdução

Tenho certeza de que muitos dos trabalhos publicados nesta revista constituirão uma importante fonte para reconstituição da história de nossa cidade, município e região. Mais cedo ou mais tarde alguém escreverá um livro bem documentado (porque os utilizará) sobre a comunidade batataense, tendo em conta seus aspectos socioeconômicos, políticos, culturais, demográficos e outros. Especialmente a partir da chegada da estrada de ferro (1886), a lavoura cafeeira se expandiu por nossas terras e a chegada dos imigrantes europeus enriqueceu a região. De que forma? Com gente, com cultura, com capacidade empresarial, com novas formas de solidariedade social, com novas técnicas e artes. Muitas dessas manifestações de atividade humana superior estarão registradas em suas páginas.

Espero que, com base nos artigos já publicados e nos vindouros, esse futuro(a) autor(a) venha a ter um panorama razoável de muitos aspectos do sistema social batataense vigente em épocas passadas. Gostaria que, na pior das hipóteses, encontrasse a ossatura da obra que preencheria com mais tecido muscular. Lembro-me, a propósito de artigos como os saídos nesta revista, de uma palestra que ouvi, há décadas, do Prof. Antonio Candido. Dizia ele que é graças aos historiadores das cidades que conhecemos muito da história nacional. Eles é que contribuiriam para dar solidez (por causa dos fatos históricos que reconstituem) às análises efetuadas por muitos dos grandes historiadores e sociólogos. Certamente ele tinha razão.

De modo geral, não há maior dificuldade em obter dados relativos

\*José Carlos de Medeiros Pereira é doutor em Sociologia, livre-docente em Medicina Social e professor associado aposentado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP.

ao passado imediato, sobretudo quando se trata de dados quantitativos. Outra coisa é conhecer o passado em termos qualitativos, em termos daquilo que fizeram, sentiram e pensaram os homens e mulheres agentes dos acontecimentos históricos. Nesse caso, é preciso recorrer aos cronistas, aos memorialistas, àqueles que escreveram sobre o que foi próprio de suas comunidades em outros momentos históricos (Candido, 1964 p. 5).

O recurso a eles é ainda mais necessário se considerarmos a rapidez das transformações sociais nas últimas décadas. Pode-se dizer que, nelas, a história se acelerou. Isso faz com que acontecimentos mais ou menos recentes em termos da história tradicional tenham de ser analisados a partir, já, de uma perspectiva histórica (Ossowski, 1964 p.7).

Tendo em conta a importância dos trabalhos já publicados nesta revista, proponho-me, neste artigo, a oferecer algumas sugestões para outros que poderiam ser realizados pelos mesmos ou por futuros colaboradores da mesma.

## **2. Como se realizavam as trocas na região de Batatais?**

Tenho um amigo que nasceu antes da Segunda Guerra Mundial, em Guapé, município do sul de Minas, hoje situado no interior da Represa de Furnas. Contou-me ele que só quando adolescente veio a conhecer dinheiro. Isso apesar de seu pai ser proprietário de grande extensão de terras. É que nelas praticamente nada se produzia para ser vendido a dinheiro. Só quem tinha terras nas quais se podia plantar café é que via, por assim dizer, a cor do dinheiro. Essa informação nos diz que, até meados de 1950, a uns 200 quilômetros de nossa cidade, a circulação do dinheiro ainda era pouco desenvolvida. Imaginem como seria Batatais quanto a esse aspecto, o da circulação monetária, antes da chegada da estrada de ferro! Os bens comercializáveis eram poucos e com dificuldade chegavam ao mercado da província, que era onde se produzia açúcar e também café, ou ao Rio de Janeiro.

A moeda é fundamental para a realização das trocas. É ela, em sociedades mais ou menos complexas, não só a medida de valor dos bens e serviços permutados, como o meio através do qual tais trocas podem ser realizadas sem que os agentes sociais precisem recorrer ao escambo (troca sem intermediação do dinheiro). Ora, o escambo é uma forma primitiva de relacionamento econômico entre os homens. É uma espécie de economia natural, em que, simplesmente, se troca um bem ou serviço por outro. Quando a

moeda existe, não só as trocas são facilitadas, como, com ela, é possível constituir reservas econômicas através do entesouramento. Em outras palavras, a moeda tem as funções de meio de troca, de medida de valor e de reserva de valor.

O padrão monetário do Brasil foi o mil-réis até 1942, quando foi substituído pelo cruzeiro. Mas tanto no Brasil colônia como no Império, a moeda freqüentemente se tornava escassa. Não havia um banco central. Às vezes vários bancos eram autorizados a emitir, o que causava pluralidade de emissões. Por fim a faculdade de emitir voltou ao tesouro, mas as perturbações na circulação da moeda continuaram (Calógeras 1960, passim). Algumas regiões, sobretudo as que produziam menos bens de exportação, passavam por crises de escassez de moeda. É interessante que uma das primeiras crises econômicas, logo no começo do Brasil republicano, foi causada pela situação contrária: a de excesso de moeda, produzida pelo chamado Encilhamento. Foi dada a faculdade de emitir a vários bancos na gestão de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda. As facilidades concedidas acabaram resultando num grave processo inflacionário e desenfreada especulação. A desorganização financeira só foi debelada no governo de Campos Sales.

Na região de Batatais era ou não escassa a moeda nas décadas anteriores ao final do Império? Suponho que isso poderia ser verificado pela análise das atas da Câmara Municipal, por referências feitas por párocos nos livros próprios da Igreja, pelo exame da correspondência de pessoas letradas da época, por informações de jornais da região ou de fora, pela verificação dos testamentos etc. Neste último caso, creio que quando a herança deixada pelo defunto não acusa recursos monetários, temos uma indicação de escassez da moeda.

Se essa escassez for constatada, pesquisar-se-á então como se faziam as trocas e quais os meios usados pelas pessoas para constituir uma reserva de valor, dado que não existiam bancos e outras instituições financeiras. Usavam-se letras de câmbio, vales emitidos por autoridades municipais ou provinciais, por alguma instituição respeitada (como a Igreja), por pessoas físicas? Ou se usavam metais como ouro em pó, ou em barra, prata, cobre etc.? Ou algum produto, como milho, por exemplo? Uma investigação como essa, apesar de difícil, certamente contribuiria em muito tanto para entender a vida econômica como a social do período. Chamo a atenção para o fato de que, inexistindo moeda em quantidade suficiente, o vendedor de qualquer bem ou serviço torna-se de certo

modo, devedor de quem compra seus excedentes ou emprega sua força de trabalho.

Pode-se ler, com muito proveito, a respeito das conseqüências socioeconômicas de falta de moeda e de comprador para os bens produzidos, o livro de Jorge Caldeira intitulado A Nação Mercantilista.

### **3. As repercussões da chegada da estrada de ferro**

Intimamente relacionado com o tema anterior está este. É que a chegada da estrada de ferro em Batatais (1886) proporcionou um grande avanço em termos de possíveis trocas. Elas são imensamente dificultadas também quando não existe a possibilidade de escoamento da produção local por falta de transportes, mesmo existindo moeda. Sem poderem vender seus produtos, as pessoas são pobres, ainda que sejam proprietárias de vastas extensões de terras. Sem ter a quem vender, vêm-se obrigadas a viver numa economia de subsistência. O mercado pode existir, mas estar longe. E sem estradas é como se ele não existisse. Nesse caso os bens produzidos só têm valor de uso. Não têm valor de troca, não se transformam em mercadorias. E um bem, enquanto não o tiver, não é aquele objeto simbólico, com sentido socioeconômico, capaz de fazer de seu proprietário um homem de posses. Quem não pode dar valor de troca a seus bens de uso, transformando-os em mercadoria, permanecerá um pobretão. Também sobre este tema pode-se ler o interessante trabalho de Jorge Caldeira atrás mencionado.

Com a chegada da estrada de ferro, a região de Batatais pôde se desenvolver em todos os sentidos com base na cafeicultura. Havia uma planta que se dava bem em suas terras e cujos frutos podiam ser vendidos até mesmo para mercados de além-mar. Sua população passava a ter recursos econômicos. As trocas devem ter aumentado muito com o avanço da economia monetária. Agora se tinha um mercado mais amplo no qual podiam ser vendidos também outros produtos da agropecuária local. Sabe-se que aumentaram as inversões de capitalistas e empresários vindos de fora. Com o avanço da cafeicultura chega igualmente a mão-de-obra européia, constituída principalmente de italianos e portugueses.

Em conseqüência de tudo isso surgiram, quase com certeza, técnicas mais aprimoradas na agropecuária e máquinas e técnicos para operá-las devem ter sido trazidos para o município. Pois bem, como se deu isso? Quais os efeitos- demonstração das maneiras de viver e produzir introduzidas por estrangeiros e brasileiros de outras

regiões e Estados? Quais foram as novidades trazidas por eles nas áreas da arquitetura, da alimentação, da cultura, da sociabilidade, do lazer?

Para responder a essas questões, creio que se poderia fazer uma pesquisa a respeito, em primeiro lugar, da atividade econômica existente em Batatais antes e depois da chegada da estrada de ferro. Suponhamos, 10 a 20 anos antes e depois dessa chegada. Quantas casas comerciais, quantos jornais, que tipo de artesanato, que indústrias existiam (se existiam), quais os bens produzidos antes e depois? O que estava chegando pela estrada de ferro que agora era vendido na cidade? Como se alterou a arquitetura com a possibilidade, agora, de usar novos materiais de construção, como mármore, vidros, telhas, ferro e assim por diante? Não se trata, tão-só, da descrição de uma simples materialidade, mas de analisar como essa novel materialidade, mediada por um novo contexto econômico, propiciou a transformação dos sujeitos, inclusive daqueles dissociados da produção. Ou seja, estudar-se-ia também como as mudanças materiais alteraram a vida cotidiana dos habitantes.

A respeito destas questões creio que se poderia ler um livro de Daniel Roché intitulado História das coisas banais e também livros sobre o processo de desenvolvimento dos países periféricos do sistema capitalista de produção. Nas décadas de 1960 a 1980 muitos foram publicados sobre o assunto. Só a Zahar editou vários.

### **4. As casas no final do século XIX e começo do XX**

Desenvolvendo um pouco mais o tema arquitetura, entendo que seria interessante que alguém se interessasse por uma pesquisa para saber como eram as casas de Batatais no final de século XIX e começo do XX. Penso que, nesse período, coexistiram habitações feitas com materiais tradicionais, como adobe, taipa, madeira, com paredes de pau-a-pique, telhas de estilo colonial e outras construídas com os novos materiais trazidos pela estrada de ferro. Também o estilo, possivelmente, teria se alterado. Estou propondo, portanto, que se faça um estudo da evolução, da transformação das casas em Batatais através de duas épocas que suponho terem sido distintas.

Tal estudo poderia ser feito por meio de fotografias antigas dessas casas, de exame das porventura ainda existentes, na cidade e na zona rural, através de entrevistas com pessoas mais velhas e, sobretudo, com profissionais da construção civil. Normalmente, a

população urbana é a primeira a adotar novidades. Assim sendo, é possível que antigas casas ainda existentes na zona rural do município possam dar uma idéia aproximada de como se construía no período anterior à adoção de novos materiais e de novidades no estilo. Creio que se poderiam determinar, pelo menos, quais eram as características essenciais que uma casa deveria possuir para não ser considerada uma choupana. Estabelecido o básico, seria possível verificar o que poderia ser considerado o supérfluo em cada época. Desse modo, poder-se-ia fazer uma distinção, ainda que grosseira, entre casas de gente rica e pobre.

Sem dúvida, em se tratando de habitações, destaque deveria ser dado na pesquisa ao material utilizado. Quando começou a ser usado cimento? Em Batatais havia olarias para a fabricação de tijolos? de telhas? Pode ser que não houvesse a qualidade de argila conveniente para isso, em caso negativo. Usavam-se pedras nos alicerces? Como eram elas ligadas? Como era obtida a cal? Li, num livro de José de Oliveira Fabrino, intitulado *Memórias de um fazendeiro*, editado em 1975, impresso por uma gráfica de Ribeirão Preto, que ela era feita, na década de 1910, no sul de Minas Gerais, construindo-se um forno onde eram queimadas pedras calcárias durante 8 dias e noites. Existiria esse tipo de pedra na região? Isso se fazia por aqui? Se não, de onde vinha esse material de construção? Quanto a tijolos, lembro-me que o piso da cozinha da casa de meus pais, na Rua 13 de Maio, era de enormes tijolos vermelhos. De onde vinham eles?

Quanto ao modo antigo de construir, lembro-me também que, vizinha à nossa, ainda nas décadas de 1940 e 1950, havia uma casa de taipa. Até que época esse tipo de construção perdurou em Batatais? Ainda existem algumas dessas casas? No caso de muros separando os quintais, lembro-me que, em nossa cidade, eram quase todos feitos de taipa. Havia, inclusive, ainda no começo de 1950, profissionais que se dedicavam inteiramente a esse mister. E forros? Eram usados? Se sim, de que material eram feitos? Em casas da zona rural de Goiás e Minas Gerais vi forros feitos de um trançado de bambu, como se faz com cestos. Havia disso em casas de Batatais? Lembro-me de que, em geral, aqui, nas casas em que eles existiam, os forros eram de madeira.

Em termos de funcionalidade, investigar como era a divisão costumeira das casas de pessoas das várias camadas sociais. Onde ficavam as salas de visita, de jantar, os quartos, as cozinhas, os banheiros? Lembro-me de que, nas casas das pessoas mais humildes,

o principal compartimento da casa era a cozinha. Era nela que não só as mulheres permaneciam, como era o local em que, em geral, se recebiam as visitas e se faziam as refeições. Até quando foi assim? Em casas de que nível havia sala de visitas? e de jantar? Até quando se usaram toras de aroeira aparelhadas para fazer os cantos das casas? Janelas e portas eram de madeira. Em que momento o ferro e o vidro passaram a ser nelas utilizados? Quais eram as dimensões delas e dos vários compartimentos? Como variava a altura do pé-direito? Igualmente muitos pisos eram de terra batida ou simplesmente cimentados. Quando começaram a ser usados, com mais freqüência, ladrilhos, madeira, pedras e outros tipos de piso? Qual era a madeira mais comumente usada? Que tipos de fechadura se usavam? Quando passaram a ser usadas em quase todos os compartimentos? Eram usadas vidraças no passado mais remoto? E vitrôs? Quando foram introduzidos? Por que havia tantas casas com porões? Tinham alguma serventia? Eram as grandes escadas sinal de *status* para a família? Havia muitas casas com cocheira no quintal?

Um aspecto que seria interessante investigar é o da higiene. Quando passou a haver esgotos em Batatais? Antes de sua existência as privadas ficavam sempre no quintal das residências? Que tipos de fossas existiam? E os banheiros? Quando passaram a ser comuns os chuveiros? Creio que, na maioria das casas, mesmo da classe média, o banho era tomado dentro de casa, num bacião ou numa banheira. É correta essa crença?

Poder-se-ia falar de certo estilo arquitetônico nas casas mais antigas de Batatais de propriedade de pessoas de maior poder aquisitivo? Como caracterizá-lo? Que profissionais foram responsáveis por sua alteração? Certamente, com a chegada dos imigrantes estrangeiros, vieram muitos construtores. Como foi sua atividade? Teriam sido eles os principais responsáveis pela alteração dos materiais usados? Ou a alteração se deveu primordialmente à chegada da estrada de ferro, facilitando sua vinda de outros lugares?

Não se pode deixar de lado, numa pesquisa como a que estou propondo, o exame das casas da zona rural. Quais as principais diferenças delas em relação às da cidade? Era comum comportarem porões para neles se abrigarem máquinas, carroças, arreios, instrumentos agrícolas e assemelhados? Soube que em Algarve, em Portugal, até há algumas décadas, os porcos eram criados embaixo das casas para aproveitarem todos os alimentos descartáveis, inclusive fezes humanas. Será que alguma coisa

semelhantes ocorreu em Batatais?

Muitas outras questões poderiam ser levantadas numa pesquisa como esta: existência de alcovas (cômodos no interior das residências sem nenhuma janela ou comunicação com o exterior), possíveis características diferenciais das casas de aluguel, áreas dos quintais, período em que foram introduzidos os sobrados, características diferenciais das casas comerciais, distinções entre casas dos diferentes bairros e assim por diante. Creio que tal pesquisa sobre casas seria sumamente importante para melhor conhecer a cultura da comunidade batataense nos períodos assinalados.

O livro de Daniel Roche, já indicado, poderá ser de bastante valia para a realização da investigação que estou propondo.

### 5. O "coronelismo" em Batatais

Em praticamente todas as cidades antigas de certo porte do Brasil do final do Império e na Primeira República havia um ou mais chefes políticos popularmente chamados de "coronéis". Em alguns casos o sujeito realmente tinha essa patente da Guarda Nacional. Patentes de várias graduações, supostamente militares, eram compradas ao tempo do Império e davam *status* aos seus possuidores. Diga-se de passagem que só algumas eram autênticas. Muitas outras eram falsas, sobretudo a patente de "coronel". É que era assim apelidado pela população qualquer chefe político suficientemente forte no município. Em decorrência disso, continuaram a ser chamados de "coronéis" os potentados locais surgidos já na República, quando tais patentes já tinham sido extintas.

Como bem diz Victor Nunes Leal (1975, p. 19), o "coronelismo" tinha peculiaridades locais. Pois bem, que características ele adquiriu no município e na região de Batatais? Quem foram os homens que exerceram liderança política, social e econômica no período anterior à Revolução de 1930? O coronel, diga-se de passagem, nem sempre exercia diretamente cargos políticos de mando nas câmaras provinciais, estaduais ou municipais. Ele, em geral, tinha prepostos (algum bacharel em Direito por exemplo) que elegia em razão de sua influência. Esta podia ser de vários tipos, desde a carismática até a exercida por meio da violência pura e simples. O coronel se valia, para estabelecer seu poder, principalmente do voto rural, mais fácil de ser manipulado. Lembremo-nos de que até a reforma eleitoral ocorrida sob o governo de Vargas, na primeira metade da década de 1930, o voto era a descoberto. O eleitor declarava seu

voto, o que o tornava sujeito às pressões dos mandões locais, donos daquele "curral" eleitoral.

A liberdade de escolha era, portanto, um direito vão, inclusive porque, depois da eleição, os vencedores tinham de passar por outro crivo: o da aceitação dos resultados pelas Câmaras e Assembléias. Era a chamada "degola", em que muitos dos candidatos da oposição "dançavam", como se dizia. Ou seja, tinham sua eleição impugnada. A farsa incluía até mesmo o voto de eleitores falecidos. Não se dava baixa, vamos dizer assim, nos cartórios eleitorais, dos títulos desses eleitores. Os cabos eleitorais ligados quase sempre aos "coronéis" dos vários Partidos Republicanos (em São Paulo, o partido dominante era o PRP, Partido Republicano Paulista) se apossavam pela compra, ou pela força, desses documentos. Usando-os, votavam nas respectivas seções eleitorais em nome dos mortos. Outras vezes, os documentos eram comprados de eleitores vivos. O eleitor nem precisava comparecer à seção eleitoral. De qualquer modo, seu voto era freqüentemente comprado: a dinheiro, pela doação de bens, pela concessão de empregos públicos ou por outro meio (Pereira, 2005, p. 47).

Era muito importante, como vemos, a providência de alistar eleitores que viessem a participar do "curral" de um dado coronel. Há um interessante documento a respeito dessa atividade. No caso do PRP da Alta Mogiana, seu maior chefe político, nas primeiras décadas do século XX, estava sediado em Ribeirão Preto. Era o Coronel Quinzinho da Cunha (Joaquim da Cunha Diniz Junqueira). Seus documentos foram doados pela família ao Arquivo do Estado de São Paulo. Entre eles se encontra uma folha de pagamento de alistadores. Em 1929 se pagava 20\$000 (vinte mil-réis) por cada eleitor de fazenda alistado pelo cabo eleitoral. No caso de eleitor urbano pagava-se menos: 10\$000 (Bacellar e Brioschi, 1999, p. 159). Valores assemelhados podiam ser pagos pelos possíveis "coronéis" de Batatais aos seus cabos eleitorais.

Sem dúvida, os coronéis eram quase sempre homens ricos e vaidosos que se tornaram os "mandões" do lugar. Mas nem sempre. Como afirma Raymundo Faoro:

"Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terra, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituível de sua posição a arbítrio alheio. Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder,

num pacto não escrito... O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições..." (2000, p. 243).

Imagino que os coronéis de Batatais tivessem mais essas características, que exercessem poder não exatamente por sua riqueza, mas por reconhecimento de seus pares.

O fenômeno do coronelismo, em seus aspectos gerais, foi estudado por Victor Nunes Leal no livro intitulado *Coronelismo, Enxada e Voto*, principalmente no capítulo primeiro, "Indicações sobre a estrutura e o processo do coronelismo". Também Raymundo Faoro o discutiu em *Os Donos do Poder*, principalmente no vol. 2, cap. XIV, item 3, "O sistema coronelista". O mais importante estudo do fenômeno em Ribeirão Preto foi efetuado por Thomas W. Walker, que, com Agnaldo de Sousa Barbosa, publicou *Dos Coronéis à Metrópole - Fios e Tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Em Franca, o estudo foi realizado por Mildred Regina Gonçalves Naldi em *Coronelismo e Poder Local*. Thomas W. Walker se utilizou, em sua pesquisa, principalmente de entrevistas com pessoas mais velhas conhecedoras do processo político em sua cidade, examinou as atas da Câmara Municipal e realizou a leitura dos jornais locais. Creio que quem se dispuser a investigar o fenômeno em Batatais se poderia valer dos mesmos recursos.

## **6. Necrológios e anúncios fúnebres**

Uma das características marcantes de qualquer cultura é a preocupação com a morte de seus membros. Toda a sociedade tem concepções sobre o assunto. Na verdade, talvez a característica distintiva maior da humanidade seja, como dizem muitos antropólogos, a consciência da morte de que são possuídos todos os seres humanos. E, quando os mortos se vão, os que ficam geralmente procuram (pelo menos durante algum tempo) recordar como eles eram, quais foram seus feitos, seus acertos e erros, sua visão do mundo, seu modo de ser etc. Sobretudo no período imediatamente subsequente ao evento, seus companheiros, amigos e conhecidos rememoram-no. Mesmo sendo o assunto morte mais ou menos interdito em nossa sociedade, quando ela ocorre, os meios de comunicação costumam dar um certo destaque a ela, principalmente quando o morto teve algum papel relevante em sua comunidade.

É muito comum os jornais locais publicarem um necrológio. O estudo dessas notícias obituárias, principalmente quando de autoria de membros de seu grupo, dá uma indicação da significação e do

papel social, econômico e cultural do morto tanto para o grupo como para a comunidade. No caso de publicações corporativas, que podem e devem ser usadas, pode-se verificar qual foi a importância dele, especialmente para o grupo social de que fazia parte. Nesse tipo de publicação também, geralmente, ficam bem patenteados quais os valores que a corporação considera (ou considerava) mais relevantes. Nelas, de certa forma, faz-se um julgamento daquele que se foi. Jacob Russel, se não me engano em *O Fim da Utopia*, menciona os adjetivos que, por exemplo, um professor poderia merecer de sua associação: "original", "erudito" ou simplesmente "diligente".

Em termos mais gerais, os necrológios tendem a examinar a contribuição do morto para aquilo que, na visão de Hannah Arendt (1981, passim), é específico da condição humana: o labor, o trabalho e a ação. Os necrológios, creio eu, devem enfatizar muito o trabalho, ou seja, o que o falecido criou como homo faber. Mas também, conforme a profissão do mesmo, provavelmente eles se voltarão para a exposição de sua ação na relação que tenha estabelecido com os outros homens e não com a natureza. Por exemplo, como o falecido construiu sua vida como ser social ou como influiu, especialmente no caso de pessoas que tiveram atuação política, no aperfeiçoamento e melhor funcionamento das instituições de sua terra. Como, numa região economicamente mais avançada, o setor de serviços é fundamental, mesmo no caso de comunidades do passado, é também possível que o aspecto mais relevante da ação de um homem tenham sido esses serviços e não aquelas obras feitas com materiais brutos. Entre esses serviços, penso que se incluirão nos necrológios o quanto o morto contribuiu com sua amizade, orientação, conselhos, solidariedade, erudição etc. para tornar mais feliz ou mais satisfatória a vida daqueles que com ele conviveram.

A respeito do assunto necrológios pode-se consultar, num livro organizado por José de Souza Martins intitulado *A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*, um artigo específico sobre o tema. Trata-se do trabalho de Nanci Leonzi, cap. 5 dessa obra, intitulado "O culto dos mortos no século XIX: os necrológios". Também o trabalho de Maria Luíza Marcílio, "A morte de nossos ancestrais" (cap. 4 do mesmo livro), poderá dar mais algumas indicações.

Intimamente relacionado ao tema anterior está o dos anúncios fúnebres. Creio que se poderá fazer um exame dos mesmos nos jornais de Batatais nas primeiras décadas do século XX. José

Sebastião Witter interessou-se pelo assunto e examinou esse tipo de anúncios em três jornais diários da cidade de São Paulo. Tomou os anos de 1920 a 1940 e investigou-os de cinco em cinco anos. Verificou a impessoalidade dos anúncios e sua imutabilidade, além do espaço maior dedicado a pessoas de nível socioeconômico mais alto. Entendo que seria perfeitamente cabível uma investigação do mesmo tipo em nossos jornais, inclusive comparando os resultados encontrados com os achados de Witter. O artigo deste intitula-se "Os anúncios fúnebres (1920-1940)" e está inserido no livro organizado por Martins atrás mencionado.

O assunto poderia ainda proporcionar a realização de outro trabalho, quando se fizesse a leitura dos jornais batataenses. Refiro-me às notícias de falecimento. Como elas foram dadas no decorrer das décadas? Qual a adjetivação utilizada? Havia diferenças acentuadas nelas conforme a situação socioeconômica do falecido? As notícias se tornaram mais ou menos pessoais ou impessoais? Transparecia algum preconceito nelas? Suponho, por exemplo, que o preconceito de cor devia ser relativamente evidente. Opino que o noticiário tendeu a enfatizar a cor da pele das pessoas falecidas (e também sua etnia e nacionalidade) quando o falecido não era branco descendente de portugueses. Minha hipótese é que tal noticiário tenderia, nesses casos, a se referir ao preto, ao mulato, ao japonês, ao sírio-libanês etc. No entanto seria conveniente ter em conta o fato de que essa informação não necessariamente pode ser taxada de preconceituosa. Às vezes, realmente, ela poderia visar, tão-somente, melhor identificar o morto.

## 7. Velórios e enterros

No âmbito da história das mentalidades, faz já algumas décadas que as atitudes e comportamentos das sociedades em face da morte de seus membros atraíram a atenção dos historiadores e cientistas sociais. É bem verdade que, de modo geral, os estudiosos se voltaram mais para a investigação do assunto em outros contextos sócio-culturais ou em outras épocas. Assim, Herman Braet e Werner Verbeke editaram vários trabalhos referentes à avaliação dos componentes sociais da morte na Idade Média. Eles foram postos à disposição dos leitores brasileiros pela Editora da USP num livro intitulado *A Morte na Idade Média*. O antropólogo brasileiro José Carlos Rodrigues, em 1981, apresentou seu doutorado à Université Paris 7 defendendo a tese *O Tabu da Morte*, em que analisa essas atitudes e comportamentos em várias culturas e também no

Ocidente no decorrer dos tempos. Philippe Ariès produziu a interessante obra que em português recebeu o título *História da Morte no Ocidente – Da Idade Média aos nossos dias*. Já mencionei o livro organizado por Martins, voltado para o exame do tema em nossa sociedade.

Eu entendo que uma das maneiras de abordar o assunto, no caso da história da comunidade batataense, seria o exame de como eram e se transformaram os velórios e enterros desde as primeiras décadas do século XX. Podem ser feitas entrevistas com pessoas idosas, especialmente aquelas que foram proprietárias de ou trabalharam em funerárias. Também pessoas que, por seu trabalho, se vincularam aos cemitérios da cidade poderiam ser consultadas, assim como padres idosos. Na verdade, todas as pessoas com capacidade de observação que tenham certa idade poderiam dar informações a respeito de como se conduziam os velórios e enterros e quais as modificações que notaram, principalmente com a inauguração de um local específico em nossa cidade para a realização desse importante fato social.

Oracy Nogueira, para o livro organizado por Martins, escreveu um artigo intitulado "Morte e faixa etária – os anjinhos", que pode dar algumas indicações para um estudo assemelhado em Batatais. Ele se refere a características de velórios e enterros em momentos passados da sociedade brasileira, conforme o sexo, a faixa etária e o estado matrimonial. Realizou uma pesquisa em Guaratinguetá, Lorena e Cunha com empresários fúnebres para verificar se aquilo que sociólogos (como Gilberto Freyre) e folcloristas (como Câmara Cascudo) contaram ainda persistia em nossa sociedade. Verificou que não, o que, certamente, também seria comprovado se a mesma pesquisa fosse realizada em nossa cidade.

A investigação que estou propondo que se faça em Batatais verificaria coisas como a variação do tipo de velório, tendo em conta a zona rural e a urbana, o nível socioeconômico da família do morto, seu tempo de inserção na comunidade, o ser tal família extensa ou não em nosso município, a duração do evento, o lugar em que era realizado, as pessoas que costumavam comparecer a ele, os alimentos e bebidas que usualmente eram fornecidos aos participantes, o grau de compunção ou não dos mesmos etc. É que minha mãe, nas entrevistas que me concedeu quando tinha por volta de 88 anos de idade, referiu-se aos velórios não como lugar de pesar mas de divertimento. Disse-me ela que, na zona rural (na qual habitou até a adolescência), os velórios constituíam um dos

momentos de divertimento para os que a eles compareciam: "Rezava-se um terço pelo defunto, mas a maior parte do tempo era falatório. O pessoal contava muitos casos, principalmente do defunto. Eram aquelas risadas!" (Pereira, *Memórias de uma Filha de Imigrantes Portugueses*, pp. 35-36).

O assunto poderia ainda ser ampliado investigando-se quesitos como o uso diferencial da cor do tecido que cobre internamente o ataúde. A cor costumava ser diferente conforme a idade, o sexo e o estado matrimonial do defunto? Outros aspectos a serem investigados seriam o preparo do corpo do falecido (como banho e feitura de barba e cabelo, o corte das unhas), as roupas a serem por ele usadas, o uso ou não de rosários nas mãos, a encomendação do corpo (em casa ou na Igreja) conforme a religião e o poder aquisitivo da família, os tipos de caixão usados (enfeites, riqueza, qualidade da madeira). Outros pontos: Em que lugar da residência se colocava o caixão? Este era sempre usado? Minha tia Altamira Pereira Valadares, por exemplo, contou-me que quando sua mãe morreu, em 1924, seu corpo ficou na sala da casa mas não dentro de um caixão (Pereira, *Histórias de Aymoré*, p. 36). Em que posição ele saía de sua casa?

Oracy Nogueira se refere ao fato de que as crianças pequenas falecidas eram consideradas anjinhos. Eram vestidas com roupas brancas. Existia a crença de que essas crianças, como anjinhos, protegeriam principalmente suas mães. Creio que a mesma crença existia (ou ainda existe) em Batatais. Diz Oracy que a cor rosa era comumente usada para vestir as meninas e a azul, os meninos. Suponho que a mesma distinção se fazia em Batatais. Igualmente creio que as cores das roupas do defunto adulto também eram diferentes conforme seu sexo, idade e estado conjugal. Quais eram as cores preferidas em Batatais? Sempre se rezava um terço no velório quando a família era católica? Seria conveniente investigar até que época houve o costume de se usar luto fechado, sobretudo no caso das viúvas. O tipo e a duração do luto variavam conforme o grau de parentesco da pessoa com o falecido. Como eram essas variações? O luto era aliviado (tarja preta no braço) para quem e por quanto tempo?

Como era o acompanhamento do féretro até o cemitério? As pessoas de mais posses costumavam acompanhá-los em suas charretes, troles, em animais de sela, em carros depois? Ou isso dependia da distância entre a casa e o cemitério? Os acompanhantes costumavam demonstrar pesar ou se conversava e ria? Isso dependia

do *status* do defunto? Até que ponto a utilização do cemitério paroquial ou municipal dependia das posses da família? Um assunto relacionado com o sepultamento é o da compra ou não da área do cemitério em que ele ocorreu. Em caso negativo, fazia-se sempre a exumação dos restos mortais depois de certo número de anos? Minha mãe me disse que dois de seus irmãos, mortos quando muito pequenos, foram enterrados na ala dos anjinhos. Em que local era essa ala? Nesse caso, o lugar do sepultamento não ficava demarcado? Que pessoas mereciam uma batida de sinos específica? Minha mãe me disse o seguinte a respeito: "O sineiro da matriz tocava que era uma beleza...Tocava num tom mais alegre quando o enterro era de crianças e numa outra batida quando os mortos eram velhos. Ele se chamava João Viola" (Pereira, *Memórias de uma Filha de Imigrantes Portugueses*, p. 72).

Sugerindo estes trabalhos para a revista, espero, obviamente, poder estimular novos e antigos colaboradores. Com isso, como já disse, talvez cheguemos a reconstruir muitíssimos aspectos da história de Batatais que ainda não mereceram atenção. Faço votos que mais cedo que tarde tal história seja relativamente completada.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- ARENDR, Hannah, *A condição humana*, Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária Ltda., 1981.
- ARIÈS, Philippe, *História da morte no Ocidente, da Idade Média aos nossos dias*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1977.
- BACELLAR, Carlos de A.P., e BRIOSCHI, Lucila Reis, *Na estrada do Anhangüera – uma visão regional da história paulista*, São Paulo: Humanitas Livraria – FFLCH/USP, 1999.
- BRAET, Herman e VERBEKE, Werner (editores), *A Morte na Idade Média*, São Paulo: EDUSP, 1996.
- CALDEIRA, Jorge, *A nação mercantilista – Ensaio sobre o Brasil*, São Paulo: Editora 34, 1ª. edição, 1999.
- CALÓGERAS, J. Pandiá, *A política monetária do Brasil*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1960, 1ª. parte, "No Império".
- CANDIDO, Antonio, *Os parceiros do Rio Bonito*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.
- FAORO, Raymundo, *Os donos do poder*, 10ª. edição, São Paulo: Globo-Publifolha, 2000.

- LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2ª. edição, 1975.
- MARTINS, José de Souza (org.), *A morte e os mortos na sociedade brasileira*, São Paulo: Editora Hucitec, 1983.
- NALDI, Mildred Regina Gonçalves, *Coronelismo e poder local*. Unesp-FHDSS-Prefeitura Municipal de Franca, 1992.
- OSSOWSKI, Stanislaw, *Estrutura de classes na consciência social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- PEREIRA, José Carlos de M., *Memórias de uma filha de imigrantes portugueses*, 2ª. edição. Ribeirão Preto: Villimpress, 2002.
- PEREIRA, José Carlos de Medeiros, *Histórias de Aymoré*. Ribeirão Preto: Villimpress, 2005.
- ROCHE, Daniel, *História das coisas banais – nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000.
- RODRIGUES, José Carlos, *Tabu da morte*, Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1983.
- WALKER, Thomas W. e BARBOSA, Agnaldo de Sousa, *Dos coronéis à metrópole – fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*, Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

PEREIRA, José Carlos de Medeiros. Suggested articles for *AMICUS* magazine. *AMICUS*, Batatais-SP, nº 12, 2005, pp. 129-144.

ABSTRACT: Based on depositions made by elderly people, and on research carried out in old local newspapers, a number of articles to be included in future issues of *Amicus* magazines are suggested.

KEYWORDS: exchange in the past, railroads, architecture, necrologies, burials.

**PROFESSOR JOSÉ MARQUES**

"Sou a árvore das Lágrimas e das saudades.  
Sob minha sombra, corações sem número  
Separaram-se afflictos.  
Águias acadêmicas, portadoras de saber,  
Confiantes voaram para a vida.  
Represento passado glorioso  
Recordo suaves tradições da brumosa  
Paulicéia. Vi e admirei,  
Vejo e admiro, hei de ver e admirar  
A vertiginosa marcha triumphal  
Do progresso paulistano. Viandante que me  
Contemplas: Descobre-te!"

(Extraído de placa na grade de proteção da "Árvore das Lágrimas", outrora existente na Estrada das Lágrimas, em São Paulo.)

Embora em localizações diversas e pertencentes a diferentes momentos históricos, a homenagem prestada à figueira-brava localizada na Estrada das Lágrimas em São Paulo, testemunho vivo da vibrante história da paulicéia, tem uma similaridade grande com a paineira localizada na rua Dom Bosco, em Batatais, e homenageada na capa deste número de *AMICUS*.

A paineira também foi plantada numa antiga, quase "boca de sertão", – se é que assim podemos chamar –, pois da chácara em que ela veio a se erguer, não existia outro caminho, senão uma pequena trilha que levava a outras chácaras da região. Com o passar dos anos, o crescimento da cidade e o impulso dado a esta pelo Colégio São José transformaram a rua Dom Bosco e o bairro do Castelo em Batatais, num exemplo vivo de progresso, no qual a paineira participa como ativa expectadora, encantando a todos com a sua beleza e pujança, principalmente nos meses de abril, quando se apresenta toda florida.

Representa a evocação daquele passado, do qual, inexoravelmente, cada vez mais nos afastamos. Próximo a ela, o antigo casarão também é testemunha daqueles tempos em que lá morava o professor José Marques, cuja sensibilidade levou-o a plantar

\*A autora agradece o depoimento e o empréstimo de fotos prestados pelo Dr. João Baptista Marques, de inestimável valor para a feitura deste texto.

a paineira e zelar pelo seu crescimento.

Criatura e criador. O professor Marques, como era conhecido, nasceu em Brotas, em 6 de julho de 1900, mas foi registrado um ano após. Filho de Antônio Marques, era neto de imigrantes portugueses que vieram jovens para o Brasil.

Em Brotas, o professor Marques viveu somente os primeiros anos da infância. Quando teve idade para freqüentar a escola, foi para São Paulo. Nessa cidade, estudou até o 4º ano primário no Grupo do Carmo. Depois foi para o Colégio Nossa Senhora do Carmo, dos Irmãos Maristas, onde foi contemporâneo do escritor Paulo Setúbal. Morava com duas tias, ambas professoras, pessoas muito finas e dedicadas. Uma delas, que lecionava piano, ensinou música para o jovem sobrinho por nove anos, colocando-o depois no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, que ficava na av. São João.

Quando jovem, José Marques tocava piano nos "salões de chá" existentes no centro da cidade de São Paulo. Dizia que nem sempre pelo dinheirinho extra que ganhava, mas pelo prazer de tocar, pois as pessoas naquela época eram educadas e ouviam sua música em silêncio, e quando terminava, aplaudiam.

Não se sabe exatamente como ele veio para Batatais. Presume-se que tenha sido por influência do próprio Colégio São José, que tinha algum relacionamento com a congregação da escola onde estudara em São Paulo e talvez onde já houvesse iniciado sua carreira como professor. Quando veio para Batatais, contava 22 anos de idade.

Pouco tempo depois, chegou aqui o Roberto Campos. Este havia saído de um seminário e veio vestindo batina. O professor Marques teria lhe presenteado a primeira camisa e gravata, para formar seu primeiro terno. Campos, que no dizer de Marques era uma pessoa extraordinariamente inteligente, ficou em Batatais por alguns anos, onde se casou com uma moça da família Tambellini.

Em 26 de abril de 1924 o professor Marques casou-se com Lázara Garcia da Costa, que depois de casada passou a assinar-se Lazineha Garcia da Costa Marques.

Dona Lazineha nasceu em Morro Agudo, em 18 de julho de 1890. Era também neta de portugueses. Tinha um irmão chamado Lázaro, que veio a ser bisavô do Dr. André Domingos Pippa Tomazella. Dona Lazineha mudou-se para Batatais com dez anos, em 1900. Seu pai negociava com gado em Morro Agudo, mas o centro das transações de gado era Barretos, que ficava relativamente perto de Morro Agudo. Ele casou-se em Batatais

com uma jovem deste município, da região de Pimentas ou região da Mata. Casados, foram para Morro Agudo. Mais tarde, descobrindo ser portador da doença de Chagas, acharam melhor mudar-se para Batatais, de clima mais frio.

Comprou então a chácara na rua D. Bosco, que era na sua extensão um pouco maior do que a atual. A casa foi construída, com certeza, pelo pai do Dr. Altino Arantes, família do qual os pais de Lazineha eram amigos.

O casal Marques passou a residir na casa. No semestre do seu casamento, José plantou a paineira, que seduz a vista de todos os passantes.

Lazineha e José moraram juntos naquela casa por 57 anos. Tiveram quatro filhos: Geraldo, nascido em abril de 1925, que durou somente um dia. Glorinha, nascida em janeiro de 1928, morreu com oito anos. Maria Aparecida, nascida em junho de 1930, tornou-se professora e faleceu aos 34 anos. João Baptista Marques, nascido em 1934, advogado, atualmente residindo e militando em Batatais.

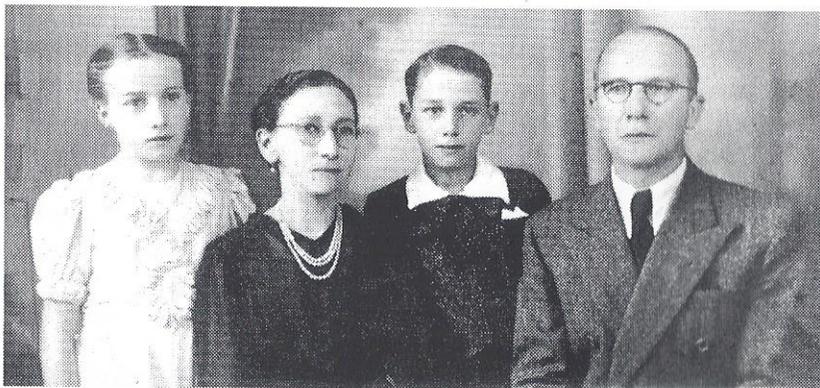
Na chácara do professor Marques eram criadas algumas vacas para a produção de leite e a feitura de queijo. O casal tinha uma pequena charrete com que o professor se locomovia para as escolas e dona Lazineha levava as crianças para a escola de dona Mariquinha Vieira - todos resguardados por um guarda-sol - e com o assento do veículo impecavelmente forrado por um lençol, tudo muito branco.

Em Batatais, o professor Marques lecionou nos colégios São José (1924-1949) e Nossa Senhora Auxiliadora. Teve uma breve passagem pelos Cursos Práticos e pelo Ginásio do Estado, ambos criados em 1948. Tido como educador rigoroso, como era comum na época, ele deixou - entre seus ex-alunos ainda residentes na região - recordações daqueles tempos em que a escola nem sempre era "risonha e franca".

Ao ingressar na Rede Estadual, como professor efetivo de Francês, lecionou em Orlândia, Altinópolis e Brodowski. Na última cidade, no Ginásio Estadual José Aleixo da Silva Passos, aposentou-se em 1967.



Foto de casamento do professor Marques e dona Lazineha, em 1924



Maria Aparecida, dona Lazineha, João Baptista e professor Marques

O professor Marques costumava adaptar músicas clássicas para o estilo sacro e, com belíssima voz de tenor ligeiro, cantava e tocava órgão na igreja de Santa Cruz, na Matriz e no Colégio São José. No *Anuário* de 1937 dessa entidade, temos o registro de uma festividade de final de ano letivo, quando foi realizada a apresentação do melodrama "O cerco de Tarifa", em que o professor Marques interpretou o papel de Dom Gusmão.



O professor José Marques no papel de "Dom Gusmão", ao ser representado o melodrama "O cerco de Tarifa", no encerramento do ano letivo de 1937.

No tempo em que Altino Arantes era presidente do Estado de São Paulo, este convidou o professor José Marques para ser adido cultural do Brasil na França, pois ele falava muito bem o francês. Mas este não quis aceitar a oferta, por considerar que dona Lazineha tinha pouca instrução formal e não se adaptaria à nova vida. Além disso, não queria separar-se dos filhos, já que ele mesmo vivera desgarrado de pai e mãe.

Com o passar do tempo, o professor José Marques foi se desinteressando de tocar órgão ou piano, instrumento no qual muitas vezes compunha. Preferia refugiar-se na sua biblioteca, onde escrevia sem parar, mas depois rasgava os escritos. Justificava, dizendo que o fazia por sentir saudades da sua família. Depois que desabafava, preferia jogar fora os papéis. Das músicas e dos escritos, nada restou.

O professor Marques faleceu em julho de 1980, aos 80 anos. Dona Lazineha faleceu exatamente dois anos após.

Crédito das fotos: Acervo do Dr. João Baptista Marques e *Anuário do Gymnasio São José de Batataes - Estado de São Paulo, anno 1937.*

PEREIRA, Robson. *Washington Luís e a modernização de Batatais*. 1ª edição. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2005, 223 p.

Sônia Maria de MAGALHÃES\*

Recentemente o interior paulista vem ganhando destaque entre as abordagens de pesquisadores de diversas filiações intelectuais, destacando-se os estudos históricos.

Vários autores têm desmistificado o aparente marasmo desses pequenos núcleos urbanos do final do século XIX e início do XX, denotando, contraditoriamente, uma vigorosa vida econômica, política, social e cultural. No Oeste Paulista, peculiarmente, o café impulsionou essa dinâmica, atraindo capitais, investimentos, modernização, granjeando pessoas oriundas de diversas partes do país e imigrantes estrangeiros. Na opinião de alguns historiadores, em alguns quesitos, a exemplo do cultural, o interior parece ter antecipado a capital, com a encenação de peças teatrais e implantação de cinematógrafos. Personagens singulares, promotores de modernização, também têm emergido desse processo, ganhando destaque entre as abordagens empreendidas pelos estudiosos.

Um exemplo dessa bem sucedida análise é o livro *Washington Luís e a modernização em Batatais* do historiador Robson Mendonça Pereira, apresentado originalmente como dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista - Campus de Franca, em 1998, publicado em co-edição pela Editora Annablume e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em 2005.

Investigando a carreira política do bem-sucedido Washington Luís, que chega à presidência da República como representante da hegemonia paulista no fim da República Velha, o autor mostra como a pequena cidade de Batatais serviu como uma espécie de "laboratório" para esse personagem, já que muitas experimentações e projetos empreendidos por ele no período em que atuou nesse núcleo, peculiarmente a questão da autonomia municipal, foram revitalizados e retomados, posteriormente,

\*Doutora em História pela UNESP-Franca, com a tese *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*.

enquanto esteve à frente da prefeitura da cidade de São Paulo. Defensor do municipalismo, seus embates em Batatais caracterizaram-se por constantes conflitos no Legislativo local e contra a determinação dos primeiros governos estaduais, esquadrihando uma estratégia de ação que possibilitasse o desenvolvimento do diminuto município, carente de melhoramentos públicos básicos.

A atenção especial dedicada à questão do ensino público e com as possibilidades de formação de um banco de crédito orientado em atender aos interesses dos produtores locais antecipou medidas que se tornariam, em seguida, preocupação nacional.

Washington Luís chegou ao próspero município paulista de Batatais em junho de 1893. Além de ser portador do título de bacharel em Direito, outros atributos contribuíram para que ele alcançasse rápido prestígio e respeito junto à comunidade: era bem apessoado, dominava certamente uma língua estrangeira, conhecimento das teorias do Direito mais em voga na Europa, adequada proveniência social, uma certa cultura humanística e apropriadas relações pessoais. Com o sócio Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Júnior, conterrâneo da Faculdade de Direito de São Paulo, dividiu um escritório de advocacia que logo abocanhou a maior clientela do município.

Com todos esses requisitos, o jovem Washington Luís ascendeu rapidamente naquela localidade, redigindo o primeiro Código de Posturas republicano e elegendo-se vereador em 1896. No ano seguinte, assumiu a Intendência. Sua administração caracterizou-se pela natureza modernizadora, mesma tendência progressista dos governos paulistas do período. Sobre essa questão, vale a pena destacar uma passagem do livro em que o autor enfatiza que por meio da "sapiência doutoral, quando utilizava conceitos como civilização, ordem, progresso, pensava-os em torno de inversões que pretendia suprimir: tempos coloniais, imundície, desordem" (p.79).

Gradativamente a cidade de Batatais, que muito se assemelhava a uma fazenda de criar — com porcos, galinhas, vacas e cavalos circulando livremente pelas ruas — foi adquirindo uma feição mais urbana. Esse pequeno núcleo ganhou novo ritmo, quebrando a cadência lenta do interior marcada pelo sino ou o relógio da matriz. O som dos martelos e das marretas, a circulação intensa de veículos transportando materiais de construções,

o crescente número de operários, animaram a localidade, pois havia muito a se fazer: canalizar água e esgoto, construir prédios públicos, melhorar as condições de higiene e das moradias, instalar rede elétrica, reformar o teatro municipal, construir estradas, etc. Da janela da sua sala na Intendência, Washington contemplava, com satisfação, as feições modernas adquiridas por aquela urbe interiorana, graças ao seu ambicioso plano de ação. De fato, já nessa época, ele se mostrava como um notável condutor.

Além de preencher uma das lacunas da historiografia paulista relativa à abordagem de localidades, o estudo destaca-se também pela ampla pesquisa nos arquivos e museus de Batatais e de São Paulo e pela apurada análise das fontes manuscritas e impressas. Mesmo trabalhando em condições inóspitas na Câmara Municipal de Batatais — já que na época não existia um arquivo aparelhado — conseguiu arrolar diversos periódicos e atas da câmara, materiais imprescindíveis para descortinar uma época pouco conhecida do interior de São Paulo. Em meio a esse material, vieram à tona personagens e segmentos sociais, muitas vezes negligenciados ou silenciados em determinadas análises. Assim, o trabalho, a cultura e a atuação de imigrantes italianos também são contemplados nesse livro.

Em suma, *Washington Luís e a modernização de Batatais*, de autoria de Robson Mendonça Pereira, é um livro muito bem-vindo, além de enriquecer a historiografia brasileira, sugere novos temas de pesquisas. Certamente será bem acolhido não só pelo público acadêmico, mas por todos aqueles interessados em conhecer as aspirações, os passos, os obstáculos enfrentados e superados por um jovem advogado do interior do final do século XIX que alcançou o mais alto cargo público do Brasil.

## ÍNDICE DE AUTORES

BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira. p. 118

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina, p. 85 e 145

CARDOSO, Walter, p. 83 e 106

MAGALHÃES, Sônia Maria, p. 150

PEREIRA, José Carlos de Medeiros, p. 129

TEIXEIRA, Pedro Lázaro, p. 98

## NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

A Revista AMICUS publica trabalhos inéditos, relativos principalmente a Batatais e região. Os textos serão redigidos de preferência em português.

Recomenda-se que os artigos apresentem os seguintes itens:

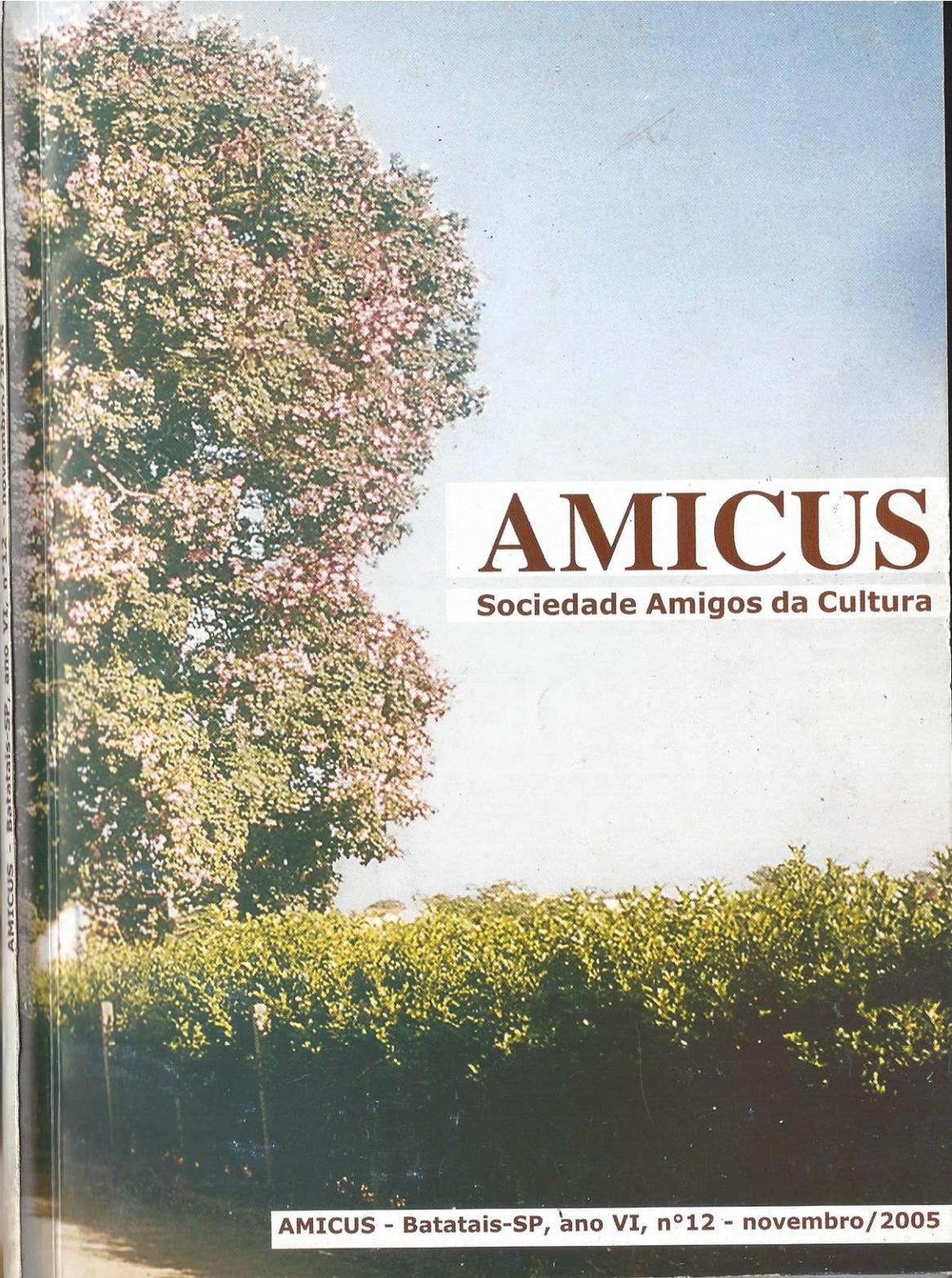
Título, autor(es), qualificação do(s) autor(es), Resumo, (de no máximo cinco linhas) e cinco Palavras-chave, antecedendo o texto. Sucedendo a este, Abstract e Keywords. Completam o texto, sucedendo-o: Referências Bibliográficas (obras citadas no texto) e Notas, para esclarecimentos considerados necessários. Utilizá-las o mínimo possível e numerá-las na entrelinha superior do texto.

Os textos deverão ser digitados em Word, em letra Verdana, tamanho 10, espaço simples e apresentados em duas cópias e em disquete de 3/2", com cópia das ilustrações.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original serão devolvidos aos autores.

Além dos artigos, a Revista AMICUS terá, entre outras, as seguintes seções: Arquivos, Bibliotecas e Museus, Genealogia, Entrevistas, Memórias, Noticiário, Resenhas e Teses, além de outros textos, considerados compatíveis com os objetivos da Revista.

Maiores esclarecimentos acerca das normas de apresentação de original serão prestados pelo Conselho Consultivo de Publicações.



# AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura

AMICUS - Batatais-SP, ano VI, nº12 - novembro/2005